



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFº DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ROSELI DA SILVA SANTIAGO

**DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MÃES UNIVERSITARIAS:
NA PERSPECTIVA DE ENCONTRAR CAMINHOS**

Arraias/TO
2024

Roseli da Silva Santiago

Dificuldades e desafios enfrentados pelas mães universitárias: na perspectiva de encontrar caminhos

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário Sérgio Jacintho Leonor- Arraias para obtenção do título de licenciada em Pedagogia

Orientador (a): Prof^a Dr^a Aline Fagner
Coorientador (a): Glaucilene Moreira Ferreira

Arraias/TO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S235d Santiago, Roseli da Silva.
Dificuldades e desafios enfrentados pelas mães universitárias:: na perspectiva de encontrar caminhos. / Roseli da Silva Santiago. – Arraias, TO, 2024.
74 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2024.
Orientadora : Prof^ª Dr^ª Aline Fagner
Coorientadora : Glaucilene Moreira Ferreira
1. Mães universitárias. 2. Desafios. 3. Espaço Lúdico. 4. Acesso e permanência na universidade. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSELI DA SILVA SANTIAGO

DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MÃES UNIVERSITÁRIAS: NA PERSPECTIVA DE ENCONTRAR CAMINHOS

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT - Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagoga e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 24 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ALINE FAGNER DE CARVALHO E COSTA**
Data: 25/09/2024 08:52:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa - UFT
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **GIANE MARIA DA SILVA**
Data: 25/09/2024 09:47:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Giane Maria da Silva - UFT
Professora Avaliadora 1

Documento assinado digitalmente
 **JANAÍNA SANTANA DA COSTA**
Data: 30/10/2024 22:07:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Janaina Santana da Costa - UFT
Professora Avaliadora 2

Arraias - TO, 24 de setembro de 2024

"Ser uma mulher negra na educação superior é um ato revolucionário de resistência, que desafia o racismo e o

*sexismo, abrindo caminhos para que
outras possam sonhar e conquistar."*

Angela Davis

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos que me acompanharam e, de alguma forma, fizeram parte da minha jornada durante a formação no curso de Pedagogia.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que sempre me guiou e me concedeu sabedoria para enfrentar cada etapa desse caminho.

Também sou grata a alguns colegas de classe que me apoiaram nos momentos em que mais precisei,

à minha filha, que esteve ao meu lado desde os seus quatro anos,

àqueles familiares e amigos que me ofereceram apoio ao longo do percurso.

Estou profundamente agradecida pelo apoio de todas essas pessoas, e quero deixar um agradecimento especial à minha orientadora e coorientadora Glaucilene Ferreira, por serem tão profissionais e gentis comigo ao longo dessa jornada.

Concluir o Ensino Superior é uma sensação de imensa gratificação. Superar tantos desafios para chegar até aqui é algo que não tem preço. Confesso que, em alguns momentos, senti vontade de desistir ou trancar o curso, mas a minha determinação e fé em Deus me ajudaram a seguir em frente.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender as dificuldades e desafios enfrentados pelas mães universitárias na UFT de Arraias e falar sobre a permanência da mulher dentro da universidade pública, destacando os desafios enfrentados por mães universitárias ao conciliar os papéis de mãe, estudante e, em muitos casos, o exercício da profissão. Este estudo está pautado em uma pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de Campo, numa abordagem quali-quantitativa, em que a coleta de dados foi por meio de entrevistas, realizadas com três mães universitárias, tanto as que utilizam quanto as que não utilizam o projeto de extensão lúdico pedagógico oferecido pela universidade. Além disso, foram conduzidas entrevistas com a coordenadora responsável pela administração e funcionamento desse Espaço, visando obter uma compreensão mais detalhada sobre sua organização e impacto. A fundamentação teórica se deu com base nos autores: Bernado (2022); Caetano (2017); Davis (2016); Lusa (2021); Santos (2021); Ribeiro (2021); Resende (2017) entre outros. Portanto, foi possível dialogar e compreender as dificuldades dessas mães, buscando soluções institucionais que facilitem a conciliação entre maternidade e vida acadêmica, o que evidencia a importância da oferta de espaços para cuidados infantis nas instituições de ensino, como o Espaço Lúdico Pedagógico da UFT, uma vez que, incentiva a continuidade dos estudos das mães universitárias, destacando assim, a necessidade de que todas as faculdades proporcionem suporte adequado, incluindo a disponibilidade de cuidadores.

Palavras-chaves: Mães universitárias. Desafios. Espaço Lúdico. Acesso e permanência na universidade

ABSTRACT

The aim of this research is to understand and observe the difficulties and challenges faced by university mothers at the UFT in Arraias and to talk about the permanence of women in public universities, highlighting the challenges faced by university mothers in reconciling the roles of mother, student and, in many cases, profession. This study is based on bibliographical, documentary and field research, with a qualitative-quantitative approach, in which data was collected through interviews with three university mothers, both those who use and those who do not use the pedagogical play space offered by the university. In addition, interviews were conducted with the coordinator responsible for the administration and operation of this space, in order to gain a more detailed understanding of its organization and impact. The theoretical basis was based on the following authors: Bernado (2022); Caetano (2017); Davis (2016); Lusa (2021); Santos (2021); Ribeiro (2021); Resende (2017), among others. Therefore, it was possible to dialog and understand the difficulties of these mothers, seeking institutional solutions that facilitate the reconciliation of motherhood and academic life, which highlights the importance of offering spaces for childcare in educational institutions, such as the UFT Pedagogical Play Space, since it encourages the continuity of studies of university mothers, thus highlighting the need for all faculties to provide adequate support, including the availability of caregivers.

Key-words: University Mothers. Challenges. Playful Space. Access and Stay at the University.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Universidade Federal do Tocantins (UFT).	43
Figura 2: Campus de Arraias (Campus Prof. Dr Sérgio Jacintho Leonor)	45
Figura 3: Espaço Lúdico Pedagógico da UFT de Arraias.....	47

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 : Matriculados/concluintes na Educação Superior	27
Gráfico 2 : Cor/Raça	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Câmara de Educação Superior
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CET	Conselho de Ensino Técnico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
E.L. P	ESPAÇO Lúdico Pedagógico
IFES	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico do Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
	Relato de experiência	16
2.1	Maternação numa sociedade patriarcal	19
2.2	Movimentos, lutas e conquistas da mulher moderna	24
2.3	A presença da mãe na educação superior: dados e políticas de acesso e permanência.....	27
2.4	A mãe quilombola e universitária: aspecto de interseccionalidade	34
3	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (documentos).....	39
3.1	Políticas de permanências na educação superior	39
3.1.1	UFT como um todo.....	42
3.1.2	UFT de Arraias	44
3.2	Políticas de permanência na uft	46
3.2.1	Espaço Lúdico Pedagógico da UFT de Arraias	47
4	RELATOS DAS ENTREVISTAS NA UFT DE ARRAIAS.....	51
4.1	a coordenadora do espaço lúdico pedagógico	51
4.2	As mães universitárias assistidas por um espaço lúdico pedagógico	56
4.3	As mães universitárias desassistidas	60
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS:.....	68
	APÊNDICE01-QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS MAES UNIVERSITARIAS - ASSISTIDAS E DESASSISTIDAS	72
	APÊNDICE 02 - QUESTIONÁRIO APLICADO À COORDENADORA	73

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é cada vez mais desafiador para uma mãe que estuda conciliar e equilibrar sua vida entre os afazeres domésticos, o trabalho, os estudos e os cuidados com os filhos, pois, cada uma dessas responsabilidades demanda tempo, paciência e dedicação, o que torna a conciliação entre elas uma tarefa árdua. Muitas mulheres acabam não conseguindo manter esse equilíbrio, e ter filhos durante os estudos pode desmotivá-las ainda mais, levando-as a se questionarem sobre como irão prosseguir.

Essas mães se veem diante de perguntas como: "Como vou conseguir fazer tudo isso agora?", "O que será da minha vida?" e "Como vou estudar e trabalhar com uma criança?". Essa situação gera uma série de preocupações e incertezas, especialmente quando a gravidez não foi planejada, e como resultado, muitas mães acabam desistindo dos estudos para se dedicarem ao trabalho e ao cuidado dos filhos.

O propósito deste trabalho é abordar e descrever as dificuldades e desafios enfrentados por mães universitárias da UFT de Arraias - TO, buscando encontrar soluções para conciliar a maternidade com a vida acadêmica. Como pesquisadora, também compartilho dessas experiências, pois sou mãe solo e tive que lidar com esses desafios ao longo de toda a minha formação acadêmica, levando minha filha para a universidade todas as noites e enfrentando deslocamentos entre cidades, percorrendo 60 km diariamente para ir e voltar das aulas.

O objetivo geral desta pesquisa é entender e discutir as dificuldades que mães universitárias enfrentam ao terem que levar seus filhos para a universidade e mantê-los na sala de aula, já que não existe um espaço adequado na faculdade para receber essas crianças enquanto suas mães estudam. Além disso, busca-se aprofundar o conhecimento sobre o tema, identificar movimentos sociais e as lutas históricas relacionadas, conhecer as leis e diretrizes nacionais e locais sobre o assunto na educação brasileira, e também analisar as políticas, programas e ações da UFT que apoiam a permanência de mães estudantes, especialmente no campus de Arraias.

Com o intuito de fornecer uma abordagem mais abrangente sobre o tema, foram coletados depoimentos de mães universitárias e realizados levantamentos teóricos e documentais relacionados à questão. Essa pesquisa adota uma

metodologia quali-quantitativa, incorporando dados tanto qualitativos quanto quantitativos, direcionados a mães universitárias que enfrentam o desafio de levar seus filhos para a sala de aula enquanto estudam na UFT de Arraias.

Os procedimentos metodológicos empregados foram a pesquisa bibliográfica, revisão de artigos científicos, teses e dissertações relevantes sobre o tema, abordando palavras-chave como mães universitárias, acesso e permanência, espaço de acolhimento de crianças, gravidez na adolescência e direitos reprodutivos. Pesquisa documental: análise das leis que garantem os direitos das mães, estudantes e universitárias, bem como dos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Além disso, foram examinados os documentos da UFT, incluindo o Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Interno e documentos específicos do Campus de Arraias, como o Projeto do Espaço Lúdico Pedagógico e o edital para usufruir desse espaço. Pesquisa de campo: realização de entrevistas com as mães universitárias que utilizam ou não o espaço lúdico pedagógico disponibilizado na universidade bem como entrevistas com a coordenadora responsável por esse espaço.

A proposta é que através desta pesquisa, seja possível identificar respostas que possam beneficiar todas as mães que estudam na UFT de Arraias. A partir das análises realizadas, pretende-se que a universidade, bem como outras instituições de ensino, possa criar ou expandir espaços de acolhimento para crianças.

Dessa forma, espera-se que os resultados deste estudo possam subsidiar o desenvolvimento de políticas institucionais que facilitem o sucesso acadêmico de outras mães universitárias, levando em consideração e incluindo suas responsabilidades maternas.

Relato de experiência

É importante relatar minhas experiências enquanto mãe e estudante universitária da UFT de Arraias, desde o início da minha graduação, tive que levar minha filha (Anna Luiza) desde os 04 anos de idade para sala de aula até finalizar o curso. É oportuno dizer que, desde a conclusão do ensino médio, em 2015, que minha filha me acompanha no meu percurso escolar, quero aqui ressaltar que enfrento vários tipos de dificuldades ao ter que levar minha filha para o ambiente escolar desde o meu último ano do Ensino Médio.

A gravidez em minha vida não foi algo planejado e assimilar essa situação foi difícil e inesperado, mas com o tempo percebi que um filho não deveria ser impedimento para conquistar e realizar meus sonhos. Na época, estava com 21 anos e ainda cursava o ensino médio. Após 3 anos do nascimento da minha filha decidi retomar os estudos e terminar o Ensino Médio.

Nesta época eu estava com 24 anos, minha filha ainda pequena e dependente dos meus cuidados de mãe. Confesso, que foi uma trajetória difícil, pois, é bastante complicado para uma mãe trabalhar durante o dia e estudar no período da noite, tendo que levar uma criança para sala de aula todas as noites da semana. No entanto, não desisti, pois, cada passo adiante era um motivo para eu continuar com os estudos, mesmo em meio a tantas dificuldades, continuei e finalizei o Ensino Médio. A partir de então, comecei a me preparar para ingressar na Faculdade UFT de Arraias -TO.

Com o ingresso na universidade, o processo não foi diferente. As dificuldades continuaram e as lutas dia após dia aumentaram, pois precisava me deslocar da minha cidade, Monte Alegre de Goiás, a 60 km de distância, todas as noites da semana para estudar em outra cidade que fica em outro estado, (Arraias -TO). E você acha que deixei de levar minha filha comigo? Nada disso, assim que iniciei a minha vida acadêmica ela já estava com 04 anos, então ficou um pouco mais fácil, pois ela não era mais uma bebê. Ela já estudava, sempre no período da manhã e a rotina se tornou bem cansativa para ela, mas infelizmente não tinha com quem deixar. Sempre levei comigo do início ao fim do curso, justamente porque não tinha uma pessoa da minha confiança para deixá-la.

Durante todo curso de Pedagogia, apesar das dificuldades, não tinha vivenciado nenhum constrangimento por estar levando minha para sala de aula, até

que uma noite no sétimo período, fui barrada na porta da sala de aula por um professor que não aceitou a minha entrada pelo fato de eu estar levando-a comigo.

Segundo ele, não aceitava crianças em suas aulas, dizendo que eu só entrava se deixasse ela fora da sala. Como eu deixaria uma criança sozinha do lado de fora sem ter ninguém que a olhasse? Sempre levava antes e nunca tive problemas com nenhum professor em relação a ela, porque sempre ficou quietinha e caladinha na sala. Qualquer um dos professores que lecionaram em minha turma e, também, quem estudou comigo sabe que estou falando a verdade.

Toda essa situação me deixou bastante chateada, frustrada e constrangida, pois em momento algum, outros professores me impediram de assistir aula devido à presença dela, em toda essa trajetória. Naquele momento eu desconhecia a existência de qualquer Lei que impedisse uma mãe de levar sua criança para um ambiente de estudo como uma sala de aula, tampouco que oferecesse suporte para que uma mãe com sua criança pudesse prosseguir em sua vida acadêmica.

Nem sempre podemos contar com a colaboração familiar quando nos tornamos mães e retomamos os estudos. No meu caso, por exemplo, não tenho nenhum tipo de familiar que possa me ajudar com os cuidados da minha filha enquanto estudo. No entanto, prefiro levá-la comigo todos os dias da semana para a Universidade do que deixá-la com alguém desconhecido. Isso me deixa bem mais confortável, apesar dessa rotina ser bem cansativa para ela, mas vejo que aos meus cuidados e ao meu lado ela estará melhor. Até porque atualmente é bem arriscado deixarmos nossos filhos aos cuidados de pessoas que não conhecemos, até mesmo os conhecidos e familiares não são muito confiáveis.

Diante disso, justifico que levei minha filha para a Universidade todos os dias por não ter ninguém que cuide dela para que eu possa estudar. Neste período de minha formação não havia na UFT de Arraias um espaço acolhedor para crianças, para que as mães não precisassem levar seus filhos para sala de aula.

Embora minha filha seja uma criança bem-comportada e não atrapalhar a aula de nenhum professor, tenho certeza de que para ela é entediante, expositivo e cansativo, pois, ficar quatro horas durante todas as noites da semana em uma sala no meio de pessoas adultas, sendo só ela de criança, pois não há outras crianças para fazer companhia durante todo esse tempo.

Por outro lado, entendo que alguns professores abordam temas ou usam expressões que não são adequadas para uma criança ouvir. Além disso, há

educadores que querem exibir vídeos ou filmes para a turma, mas podem se sentir desconfortáveis com a presença de uma criança na sala. Essa situação também gera desconforto para os próprios alunos, que, sendo adultos, nem sempre conseguem se expressar livremente ou discutir certos assuntos como gostariam, devido à presença de um menor de idade no ambiente.

Então como proporcionar algo bom para o futuro de nossos filhos sem enfrentar a vida com os desafios que ela nos traz? Neste contexto, a vida não pode parar. É importante que as crianças, desde cedo, compreendam que o sucesso demanda determinação e força de vontade. Ao observarem as dificuldades enfrentadas por suas mães, podem encontrar uma fonte de inspiração que as motive a se esforçar e perseverar no futuro.

Embora estudar seja algo essencial para auxiliar na qualidade de vida de nossos filhos, neste momento muitas mães desistem de sua educação que poderia oferecer a eles melhores condições de vida no futuro.

Compartilhar a rotina desafiadora de ser uma mãe universitária, equilibrando estudos e responsabilidades parentais, mostrar a necessidade de conscientização sobre as dificuldades enfrentadas, são narrativas que podem inspirar reflexão sobre a importância de políticas públicas que apoiem e facilitem a participação ativa das mães na educação superior, contribuindo assim para um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário.

No entanto enfatizo que a Universidade deve considerar e implementar um projeto de acolhimento infantil, com profissionais qualificados, que permita às mães estudarem com mais tranquilidade, confiantes de que seus filhos estão sendo bem cuidados. A escolha deste tema está diretamente ligada à minha experiência pessoal, vivenciando desafios que muitas outras mães também enfrentam. Assim, a escolha do tema parte da minha própria realidade, onde passo por situações que outras mães também vivem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Maternação numa sociedade patriarcal

As reflexões sobre o papel histórico da mulher, muitas vezes restrito a funções tradicionais de dona de casa, esposa e mãe, evidenciam a persistência de dinâmicas patriarcais na sociedade. Mesmo com avanços, é notável que alguns estereótipos de gênero ainda influenciam a forma como as mulheres são percebidas e valorizadas. O reconhecimento dessas questões é crucial para promover uma equidade de gênero mais ampla e desafiar padrões que limitam o papel das mulheres em diferentes esferas da vida.

A Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã, publicada por Olympe de Gouges em 1791, representou um marco ao proclamar que as mulheres também possuíam direitos naturais equiparáveis aos dos homens. No entanto, como apontado por Scott (2005) e Quednau (2007), os líderes revolucionários da época restringiram os ideais da Revolução Francesa, como igualdade, liberdade e fraternidade, exclusivamente aos homens, revelando as limitações na extensão desses princípios à igualdade de gênero.

Sendo assim, a modernidade foi construída com apoio da mulher dentro de suas lutas em busca de conquistar seus direitos enquanto ser humano como qualquer outro. Porém, a conquista de alguns direitos trouxe mais responsabilidades e carga de trabalho para a mulher atual, pois é preciso ser várias em uma só versão para poder honrar seu papel.

Durante muitos anos a mulher nem sequer tinha o direito de votar, sendo assim as coisas nunca foram fáceis para nós mulheres no mundo em que vivemos, desde sempre segue a luta por reconhecimento, méritos próprios e direitos iguais, para que assim possamos ser reconhecidas de forma igual.

Ser mãe em pleno século XXI é ser várias versões em uma só mulher (ser mãe, estudante, esposa, dona de casa, trabalhar fora e entre outras funções). Se antigamente já era difícil, atualmente continua sendo. Porém, nem toda mulher tem disposição para tudo isso. Pois não é fácil conciliar todas as funções em uma só pessoa.

Está certo que nem todas as mulheres estudam, trabalham, são donas de casa ou tem filhos, mesmo assim não é fácil, contudo, é certo que, “é imposto que as mulheres que estudam tenham uma tripla jornada, se dividindo entre ser mãe,

trabalhadora (dentro e fora de casa) e em últimos casos, estudante, às vezes não conseguindo conciliar a vida acadêmica com a maternidade”. (BARRADAS; MELO; SANTOS, 2021, p.3).

De acordo com Fernanda Sutoff Quednau (2007, p. 08), muitas mudanças aconteceram nessas últimas décadas, a autora identifica uma mudança significativa no papel e na percepção da mulher na sociedade contemporânea. Houve uma transformação notável na maneira como as mulheres são vistas e como elas se veem. Elas não são mais limitadas aos papéis tradicionais de mãe, esposa, dona de casa ou filha, estão ocupando e desempenhando funções variadas, muitas das quais eram antes associadas predominantemente aos homens.

É fundamental reconhecer que todas essas conquistas foram resultado de lutas e esforços persistentes ao longo do tempo. As mulheres enfrentaram e continuam enfrentando desafios significativos em uma sociedade onde o machismo e o preconceito de gênero ainda estão presentes. Para alcançar o lugar que ocupam atualmente na sociedade, foi necessário um longo caminho de batalhas e resistência.

Porém, todas as conquistas obtidas até agora, não foram e nem estão sendo nada fácil, pois a luta continua e os desafios ainda estão presentes diante de uma sociedade onde o machismo e o preconceito são nítidos.

Para ocupar o espaço onde estamos hoje foi preciso enfrentar várias batalhas, desde os primeiros passos dessa luta para obter um espaço e direito na sociedade, muitos objetivos foram alcançados em benefício da mulher. Onde foram obtidas várias conquistas através da bravura de mulheres que lutaram e lutam até hoje em busca de objetivos que as favorecem com direitos e deveres em uma sociedade.

Houve uma significativa evolução nos últimos anos em termos de igualdade de gênero. As mulheres conquistaram espaço em diversas áreas que antes eram predominantemente masculinas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e diversificada. Essa mudança reflete avanços tanto no âmbito profissional quanto no social, promovendo uma maior valorização e reconhecimento das capacidades e contribuições das mulheres.

A inserção no mercado de trabalho, o acesso à educação, a busca pela independência financeira e o exercício de direitos políticos são exemplos claros dessas mudanças. As mulheres estão ocupando papéis e profissões que antes eram

considerados exclusivamente masculinos, demonstrando suas habilidades e competências em diversas áreas.

Sendo assim, é perceptível o aumento e presença da mulher no mercado de trabalho, é inquestionável o progresso e a voz que as mulheres conquistaram na sociedade atual, têm demonstrado seu valor, contribuindo de maneira significativa em diversos setores e desafiando estereótipos de gênero, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Não podemos deixar de falar sobre o quanto ainda existem barreiras e desafios que impedem muitas mulheres a ingressarem no mercado de trabalho, pois há vários tipos de preconceitos que atingem diretamente a mulher ao exercer alguns cargos no mercado de trabalho. Porque algumas empresas focam mais no perfil e padrão de funcionário do que no próprio currículo ou profissionalismo da pessoa.

Isso é algo muito presente no mundo em que vivemos, o público de mulher mais afetado por esse tipo de preconceito são as mulheres negras, as "tamanhos maiores", e até quem não tem um padrão de beleza dominante sofre com isso também. Com isso, muitas mulheres acabam ficando desempregadas devido às exigências do mercado de trabalho capitalista, que hoje em dia parece valorizar mais a aparência do que as habilidades. Para muitos, a propaganda é essencial para o sucesso dos negócios, o que faz com que o preconceito contra as mulheres se torne mais evidente, já que elas são frequentemente avaliadas pela imagem, em vez de suas competências.

A maternidade, para Piccinini *et al* (2008), inicia-se muito antes do processo de concepção, a partir das primeiras relações e identificações da mulher, passando pela atividade lúdica infantil, a adolescência, o desejo de ter um filho e a gravidez propriamente dita, porém, essa afirmação pode ser questionável, já que nem todas as mulheres têm esse desejo, e a maternidade acaba ficando em segundo plano para muitas delas

Chodorow (2002), cita o termo "maternação" para caracterizar o conjunto de ações e responsabilidades das mulheres enquanto mães; ela fala que maternar atualmente, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo é aliar o trabalho remunerado com a maternidade. Entretanto, nos lembra que nos primórdios do capitalismo, havia um sistema de ideias, principalmente no contexto dos Estados Unidos, onde a mulher burguesa, tinha o papel de educar e ser um modelo moral

para seus filhos. Essa ideologia, enquanto ia se perdendo em alguns lados, ia se difundindo por outros.

Araújo (2021, p. 04) afirma que o conceito de maternagem ressignifica práticas de cuidado que são socialmente atribuídas, de forma exclusiva, às mulheres, por meio do termo maternidade. A partir dessa formulação, a abordagem proposta amplia e compreende um horizonte de narrativas divergentes, ultrapassando a instituição patriarcal, com o objetivo de empoderar e discutir os ideais e normas que influenciam tanto a forma de tratar o outro quanto a maneira de se construir como sujeito

Para Barbosa e Rocha (2007, p.167), a maternidade está virando opção, pois a maioria das mulheres da atualidade estão optando por uma independência própria antes que seja mãe, hoje a mulher tem o direito de escolha em relação à maternidade, o uso dos anticoncepcionais, por exemplo, é uma das formas de evitar ter filhos para que seus objetivos sejam alcançados. A atualidade, com os avanços tecnológicos, vem trazendo vários benefícios que favorecem o lado da mulher em diversas áreas sociais dentro de uma sociedade.

Badinter (2011) fala da escolha da mulher sobre se realmente quer ou não ter filhos, pois atualmente esse assunto não é mais universal pelo desejo da mulher pela maternidade. Ainda nessa temática, Bernardo (2022, p.11), nos faz refletir sobre a não universalidade relacionada ao desejo de ser mãe, e nesse quesito, destaca que ter filho é “a decisão mais perturbadora que um ser humano é levado a tomar na vida” (BADINTER, 1985 apud BERNARDO, 2022, p.11).

De acordo com Bernardo (2022, p.11) “quando uma mulher relata ter insatisfação na maternidade ou declara não querer ser mãe, sofre a reação da reprovação social, vista como uma anomalia, como se o amor materno fosse inerente ao gênero feminino”.

Sendo assim, Badinter (2011, p. 31) afirma que a criança não é exatamente a prioridade das prioridades das mulheres atualmente, pois para a autora é inegável que a maioria das mulheres de hoje estão mais focadas em garantir sua independência própria através de estudos, para que assim possa se formar na sua área desejada e então ter um bom emprego. Por último fica a opção de ter filhos ou se casar e formar uma família.

A gravidez não planejada será sempre uma interrogação na vida de uma mulher, independente da sua condição de vida (financeira, social), pois nem toda

mulher se prepara para poder se tornar mãe. Ao invés disso focam em concluir o Ensino Médio, se formar em um curso, seja ele superior ou profissionalizante, arrumar um bom emprego e alcançar sua independência financeira e realização pessoal. Porém, nem todas pensam em se casar, porque a maioria das mulheres atualmente querem ser independentes e acabam optando por não se casarem, então por último está a opção de ser mãe.

Quednau (2007), diz que nas últimas décadas, a mulher emancipou-se e ganhou destaque socioeconômico, profissional e cultural, mas na grande maioria o instinto materno, a inclinação para ocupar-se da perpetuação da espécie, ainda fala mais alto que todas as suas conquistas. Em virtude deste instinto é que ainda hoje as mulheres sentem-se culpadas por ficarem longe dos filhos (TIBA, 1996, p. 48).

No entanto, não é bem isso que acontece, pois, as coisas nem sempre acontecem como planejamos, há também muitas mulheres que acabaram se tornando mães na adolescência, que na maioria das vezes não tem cabeça para pensar sobre as consequências que a vida pode nos trazer com atitudes mal pensadas.

O nascimento de um filho faz com que a maioria das mulheres possa ter sentimentos contraditórios e incompatíveis com a imagem idealizada da maternidade predominante em diversos contextos culturais. Acontece que as várias mudanças podem ocasionar em desequilíbrio e alterações de identidade devido às grandes expectativas da maternidade predominantes na sociedade. (PRATES; GONÇALVES, 2018, p. 04).

Assim, é notável que a presença de um filho faz com que ocasione na maioria das mulheres um sentimento contraditório, mediante ao contexto idealizado na cultura o papel da mulher na maternidade, construindo alterações e desequilíbrio em suas identidades, ocasionando em conflitos, cobranças e culpabilidade.

É possível perceber que a questão da maternidade faz parte do universo feminino, gerando muitos conflitos nas mulheres; se têm filhos há o sentimento de culpa por não ser a mãe idealizada, se não têm, há as cobranças sociais e a percepção de que não se sentirá completa. Assim, em muitas situações, a dúvida feminina vai além da opção de ter ou não filhos, visto que é preciso decidir sobre o momento que é considerado mais adequado para ter filhos. (PRATES; GONÇALVES, 2018, p. 6).

Desse modo, compreendo que a maternidade pode envolver complexidades emocionais para as mulheres, influenciadas por expectativas sociais e pessoais. A

decisão de ter filhos e o *momento* envolvem reflexões profundas, considerando diversos aspectos individuais e sociais. É fundamental que cada mulher tenha o espaço para explorar suas escolhas e tomar decisões alinhadas com suas necessidades e desejos.

2.2 Movimentos, lutas e conquistas da mulher moderna

Historicamente muitas coisas mudaram a favor das mulheres, porém essas mudanças só estão acontecendo através de muitas lutas e movimentos feministas, para que assim a mulher possa ter mais reconhecimento e respeito, pois há muito tipo de preconceito contra a mulher, tanto na vida social quanto na profissional.

Esses tipos de preconceitos continuam bem presentes, apesar de ter mudado muita coisa. Após muitas lutas e desafios, a mulher vem conseguindo várias conquistas. Hoje a mulher trabalha, estuda, é dona de casa, é independente e está sempre em busca do melhor.

A mulher está sempre em processo de evolução, onde o seu objetivo é conquistar seus direitos de forma lucrativa, e para que isso aconteça é preciso que haja muita luta, segundo a autora Amarolina Ribeiro (2019), não podemos deixar de reconhecer que a mulher moderna começou a adquirir a liberdade de escolha e optar por exercer vários papéis na sociedade, pois, desde as primeiras civilizações, homens e mulheres, passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade.

Historicamente, a visão predominante tem colocado a mulher em uma posição de subordinação em relação ao homem. Isso reflete a percepção de que o papel da mulher foi constantemente diminuído, tanto pela perspectiva masculina quanto por uma sociedade majoritariamente machista, que acha que a mulher deve ganhar menos que o homem mesmo exercendo a mesma profissão.

As mulheres começaram a lutar em busca de adquirir seus próprios direitos na sociedade, mesmo assim continuamos a ser diminuídas tendo como minoria em várias áreas. Nesse sentido, é oportuno enfatizar que na abordagem dos 'movimentos sociais', frequentemente ignora-se que um dos principais agentes políticos é a mulher, invisibilizando a sua participação, de modo que só se reconhece tal participação quando elas protagonizam movimentos de caráter feminista (LUSA, 2021, p.02).

Em relação ao contexto históricos dos movimentos sociais de lutas pelos direitos das mulheres no mundo e no Brasil, de acordo com Alves e Alves (2013, p.114), o movimento pelos direitos das mulheres teve início nos Estados Unidos na década de 1960 e logo se espalhou para outros países do Ocidente. Sua principal proposta não se limitava à emancipação das mulheres, mas buscava a sua verdadeira libertação, ou seja, a quebra das estruturas sociais e culturais que impunham limitações à sua liberdade e igualdade.

Ainda, “as tendências do movimento feminista tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. O movimento sufragista, que teve à frente Bertha Lutz, foi o foco da primeira tendência” Essa fase era a do feminismo "bem-comportado" e sinalizava o caráter conservador desse movimento. Nesse momento, ainda não era questionada a opressão da mulher. (ALVES; ALVES, 2013, p.114).

Porém, os resultados dessas lutas não foram tão satisfatórios, pois nem todas são reconhecidas como merecem. Mesmo trabalhando em mais de um emprego, sendo independente, mãe, estudante, dona de casa e estando sempre à procura do melhor, não são reconhecidas de forma adequada.

Pensando nessa temática, é importante reconhecer que a luta pela igualdade e pelos direitos das mulheres no Brasil e no mundo é o resultado de um esforço incessante de mulheres que representaram e lideraram os movimentos feministas, “o feminismo desdobrou-se em três momentos sendo estes, a Primeira Onda, que ocorreu entre o final do século XIX e o começo do século XX; a Segunda Onda, entre os anos de 1960 e 1980; e a Terceira Onda, entre os anos de 1990 e 2000 (KLEBIS, 2015 *apud* FARIAS MONTEIRO; GRUBBA, 2017, p. 268).

No contexto histórico dos movimentos sociais feministas, de acordo como Caetano (2017, p.4), a primeira onda, tem seu início nos meados do século XIX, cujas reivindicações eram pelo reconhecimento de direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres, que eram subordinadas socialmente pelo estatuto civil”.

Caetano (2017, p. 5) enfatiza que nesta primeira fase, o movimento foi em uma busca constante pela igualdade de direitos e condições de trabalho, e o movimento sufragista, formado majoritariamente por mulheres de classe alta, o qual chegou ao Brasil com a Proclamação da República, em 1889.

O primeiro momento do feminismo da primeira onda foi caracterizado pelo seu cunho conservador, questionando a divisão sexual dos papéis exercidos entre homens e mulheres. As mulheres contestavam as diferenças contratuais e econômicas, diferença na capacidade por escolher aquilo que lhes era conveniente, ou seja, diferença na liberdade que lhes era concedida e, sobretudo, a diferença política, pois eram proibidas de votar e escolher por quem gostariam de ser representadas (MONTEIRO; GRUBBA, 2017, p.268).

Em relação à primeira onda, no contexto brasileiro, o feminismo esteve associado ao movimento de mulheres operárias anarquistas, associadas a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” e ao movimento reivindicatório pelo direito ao voto das mulheres, sobretudo pelas sufragistas, lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. (CAETANO, 2017, p.5).

Nesse sentido, Ribeiro (2021, p.17) destaca que Bertha Lutz foi a maior expoente do movimento sufragista no Brasil durante a década de 20, na qual organizou campanhas pelos direitos políticos das mulheres. Sua luta culminou no direito da participação eleitoral das mulheres, como candidatas e eleitores.

No que se refere a segunda onda, Caetano (2017) evidencia que teve início na década de 1960, e no Brasil intensificou durante a ditadura militar em 1964, cujos ideais se “ocupou da proteção da mulher com as suas especificidades, partindo-se de uma perspectiva de isonomia formal, característica da primeira onda, para de isonomia material (CAETANO, 2017, p. 5).

Esse é um movimento de caráter libertário, que não restringe as suas reivindicações ao lugar da mulher “no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo”. E, portanto, é exatamente nisso que consiste a sua originalidade, ou seja, na compreensão de que “existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias” (CAETANO, 2017, p. 5).

Em outras palavras, a segunda fase, segundo Ribeiro (2021, p.17), é focada no corpo, conquistado o direito básico à cidadania, as mulheres partiram para as desigualdades práticas que atravessavam a vida cotidiana, com as inserções positivas em respeito à submissão gerada pelas instituições patriarcais e seus impactos na rotina familiar, de trabalho.

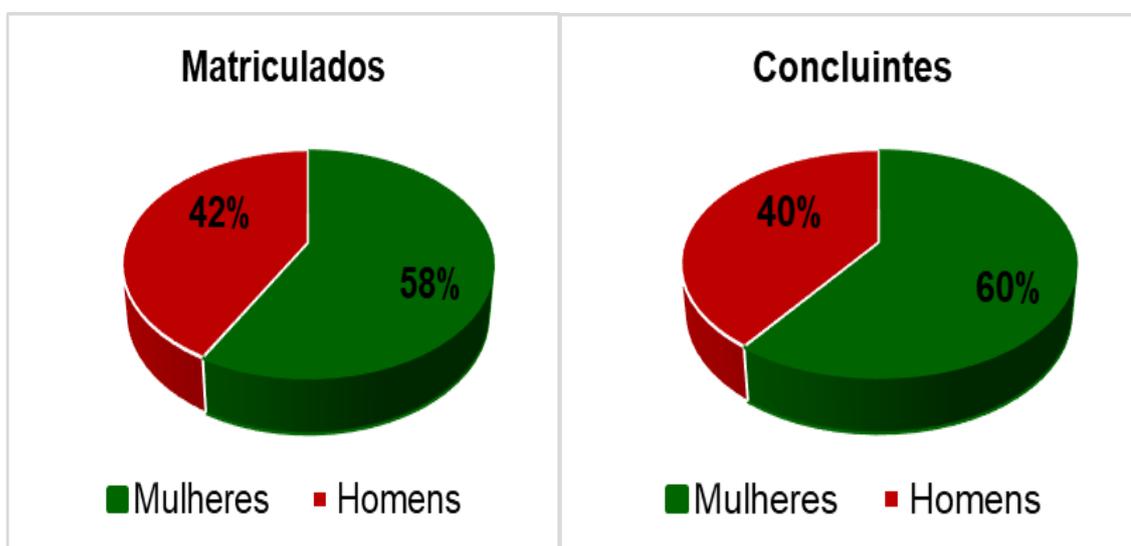
Em relação à terceira onda, Caetano (2017), se caracteriza pelo desenvolvimento do conceito da categoria “mulher” enquanto categoria pretensamente universal, que carregaria as mesmas questões, debruçando-se sobre a análise da diferença dentro da semelhança. Nesse sentido, a terceira onda se constrói “na subjetividade da mulher, reconhecendo as interseções entre marcadores de opressão, e discutindo-se como essas combinações específicas se refletem no próprio ser-mulher” (CAETANO, 2017, p.7).

De acordo com Lima e Silva (2021, p. 905), “a terceira onda feminista buscava o que era bom para cada mulher, seja elas brancas ou não-brancas”. Assim, conseqüentemente, as mulheres negras tiveram seus espaços e suas vozes foram reconhecidas e expressas, tais como “se queriam se casar ou não, se queriam ter relações com homens ou não”. (LIMA; SILVA, 2021 p. 905).

2.3 A presença da mãe na educação superior: dados e políticas de acesso e permanência

Em conformidade com as autoras Urpia e Sampaio (2009), é inegável que as mulheres são a maioria entre os estudantes universitários, mesmo sendo a minoria em muitas áreas. Em 2020, segundo dados do INEP, as mulheres são 58% do total de matriculados e 60% dos concluintes na Educação Superior (Gráfico 1).

Gráfico 1 : Matriculados/concluintes na Educação Superior



Fonte: <https://abres.org.br/estatisticas/>

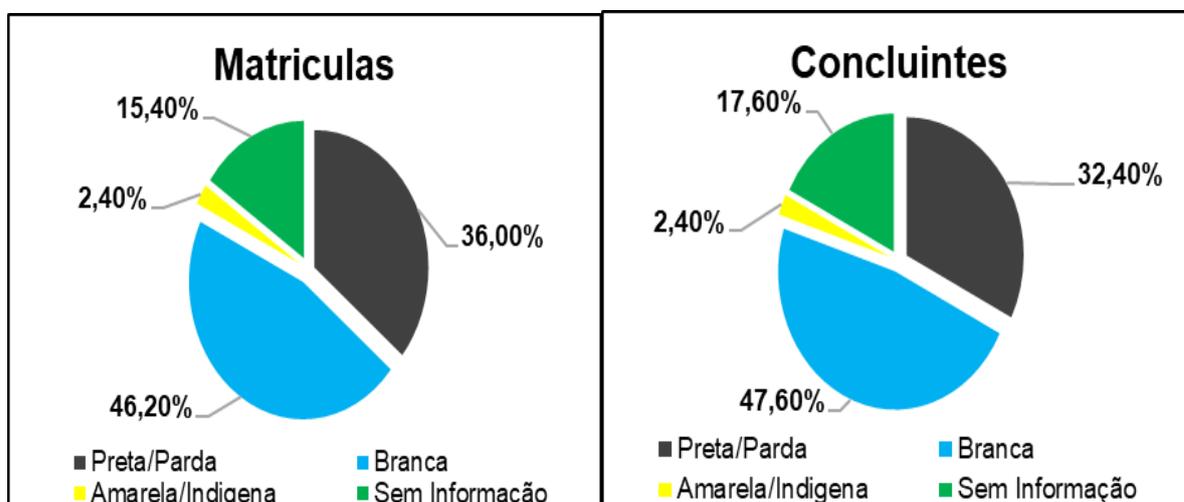
Desse modo, as características sobre a inserção no Ensino Superior brasileiro, segundo o Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2021), confirmam a presença majoritária das mulheres, tanto na modalidade presencial, quanto no ensino a distância. Percentual este que cresce gradativamente, uma vez que, “o avanço das mulheres no Ensino Superior, analisado desde os anos de 1991, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), já se apontava a sua presença como maioria” (PEREIRA; FAVARO; SEMZEZEM, 2021, p.307).

Em seus resultados, o Censo da Educação Superior de 2019, constatou que a taxa de permanência das mulheres é maior, sendo que, de 2010 a 2019, 43% delas concluíram os cursos em que ingressaram, contra 35% dos homens (PEREIRA; FAVARO; SEMZEZEM, 2021, p.307).

Vale ressaltar que, nos cursos de licenciaturas, no Censo de Educação Superior de 2021, o número de alunos na modalidade a distância supera o número de alunos na modalidade presencial. Em 2012, o número de ingressos nos cursos de licenciatura foi de 72,5% mulheres e 27,5% homens (INEP, 2021). Ainda com base nas estatísticas do Censo Educação Superior de 2021, é notório destacar que em relação às informações entre matrículas e concluintes na Educação Superior, há um total de números de alunos matriculados a partir da cor/raça.

Assim, de acordo com INEP (2021), em relação às matrículas, os números são os seguintes: Cor/raça Preta/Parda: 25.479.482 alunos; Cor/raça Branca: 32.699.439 alunos; Cor/raça Amarela/Indígena: 1.720.452 alunos; Sem Informação: 10.874.888 alunos. Já para os concluintes, os dados são: Cor/raça Preta/Parda: 3.319.853 alunos; Cor/raça Branca: 4.885.315 alunos; Cor/raça Amarela/Indígena: 246.864 alunos; Sem Informação: 1.805.119 alunos.

E nesta perspectiva, no tocante ao percentual referente a estas informações, no painel do Censo da Educação Superior (INEP, 2021), constam os seguintes dados (Gráfico 2):

Gráfico 2: Cor/Raça

Fonte: Adaptado do Painel Censo da Educação Superior (INEP, 2021).

Ao entrarmos no contexto de raça, é oportuno destacar que de acordo com a Secretaria de Comunicação Social, no que tange à acessibilidade e permanência dos grupos minoritários negros e excluídos da educação, a partir de políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial, resultados do diálogo e das conquistas do movimento negro no Brasil, nos governos de Lula e Dilma Rousseff (BRASIL, 2023, p. 1), ações afirmativas estas, que culminaram na acessibilidade aos sujeitos pretos na educação e, conseqüentemente, na universidade. Neste contexto

Um dos resultados palpáveis é que, em 2021, mulheres negras eram o maior grupo nas universidades públicas do país, representando 27% dos estudantes. Considerando-se o universo total de universitários (somando instituições públicas e privadas), mulheres negras correspondiam a 29,3% do total de estudantes (BRASIL, 2023, p.1).

É válido destacar que, de acordo com Pinho (2021, p.1), levantamentos recentes mostraram que mulheres negras/pretas, são hoje o grupo mais numerosos das instituições de ensino superior público, nessa perspectiva, destaca que “em ordem de participação, vinham as mulheres e homens brancos, com 25% cada um, e, por fim, os homens negros, com 23%”. (PINHO, 2021, p. 1).

Com base nos pressupostos de Pinho (2021, p.1), é importante destacar que esse crescimento representa uma mudança significativa em relação a 2001, pois mostrava que “as mulheres negras eram o terceiro maior grupo, representando 19%

no total de universitários de instituições públicas, bem atrás das mulheres brancas (38%) e dos homens brancos (30%) e à frente apenas dos homens negros (13%)”.

Logo, em 2017, os dados contidos na Pnad Contínua mostraram que, “considerando apenas os alunos ingressantes, mulheres negras já eram em 2017 o maior grupo também na soma do ensino superior público com o privado, respondendo por uma fatia de 29,3%” (PINHO, 2021, p.1).

Assim, nós, negros nesta terra, conquistamos espaços e oportunidades, embora ainda enfrentemos grandes desafios, especialmente o preconceito dentro desses espaços. No entanto, seguimos lutando para evidenciar nossos valores, nossa resistência e nossa cultura, com o objetivo de garantir o respeito e o reconhecimento que tanto buscamos.

A inserção das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho não as isenta, necessariamente, das responsabilidades domésticas e da criação dos filhos. Essas obrigações persistem, e o desafio surge quando ocorre uma pausa na carreira para cuidar de filhos pequenos, resultando em uma desaceleração das atividades profissionais.

O retorno ao trabalho, em geral, se mostra difícil, especialmente quando a mulher ainda está cursando a universidade. A simples presença expressiva das mulheres nas instituições de ensino superior, sem mudanças culturais profundas tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral, acaba por colocá-las em uma posição significativamente desfavorável.

É possível dizer que, abrir as portas da educação superior para as mulheres não é o bastante para assegurar a igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que fazem a escolha de tornarem-se mães. (URPIA, SAMPAIO, 2009, p. 31).

Embora o acesso à educação superior seja fundamental, garantir a igualdade de oportunidades na carreira para mulheres que são mães demanda medidas específicas, políticas de apoio à maternidade, flexibilidade no ambiente de trabalho e combate ao preconceito são essenciais para criar condições equitativas. Dessa forma, as mulheres podem melhor conciliar a maternidade com o avanço em suas carreiras profissionais. Urpia e Sampaio (2009, p.31) ressaltam que, no Brasil, a discussão acerca dessa realidade é ainda muito escassa, “onde os desafios históricos e contemporâneos relacionados à inserção da mulher brasileira no contexto acadêmico se torna um momento de muita dificuldade”.

Nesse sentido, é sabido que a jornada da mulher brasileira no ambiente acadêmico foi marcada por desafios históricos, incluindo a exclusão educacional no passado e continua a enfrentar obstáculos contemporâneos. Mesmo com os progressos alcançados, persistem desigualdades de gênero, que se refletem desde a representação em posições de liderança até a conciliação entre a vida acadêmica e as responsabilidades familiares.

Vencer esses desafios demanda esforços persistentes na promoção de ambientes inclusivos e políticas que respaldam a equidade de gênero no âmbito acadêmico. Atualmente, torna-se bastante desafiador para uma mãe que está estudando conciliar suas responsabilidades como dona de casa, profissional, estudante e mãe, uma vez que cada uma dessas áreas exige tempo, paciência e dedicação. No entanto, nem todas conseguem manter esse equilíbrio.

Ao analisar o perfil da mulher universitária deve-se considerar alguns aspectos. Dados do Censo afirmam, por exemplo, que 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos, têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos. Significa dizer, portanto, que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nesta faixa são mães de crianças pequenas. (IBGE, 2000 *apud* URPIA e SAMPAIO, 2009, p. 148).

Os dados do Censo 2022 não especificam diretamente a porcentagem de mulheres universitárias no Brasil com filhos pequenos, mas a pesquisa do IBGE destaca que a maternidade é uma das barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. Mas, de acordo com a pesquisa realizada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) em 2018, mostra que “136.824 mil alunos e alunas têm filhos, ou seja, 11,4% são mães ou pais”. (JORGE, 2023, p.01).

Desta forma, muitas mulheres chegam no ensino superior já com filhos e muitas têm o seu ingresso tardio justamente por conta da maternidade. Além disso, segundo as pesquisas, essas mães estudantes sempre vão dedicar mais tempo e recursos para o cuidado de terceiros, sejam estes seus filhos, pessoas com necessidades especiais e/ou idosos, e para os trabalhos domésticos, como arrumar casa, lavar roupa, fazer compras e refeições (IBGE, 2018).

Muitas mulheres optam por desacelerar a vida acadêmica, submetendo-se a frequentes interrupções, sem conseguir atingir o desempenho desejado, ou têm

pouca/nenhuma participação em pesquisa e extensão, uma vez que não é fácil atender às demandas do contexto acadêmico, conciliando-as com as múltiplas tarefas por ela exercida.

Interessantemente, os currículos e as práticas da educação superior pressupõem que a mãe, ao ingressar na universidade, 'esqueça' os filhos em casa para se concentrar nos estudos, como se fosse possível separar a pessoa em dois papéis distintos: mãe (em casa) e estudante (na universidade). Os tempos de conclusão de curso, os prazos (incluindo os de jubilação) e diversas outras políticas institucionais não levam em conta as particularidades das mães (e pais) estudantes

Curiosamente, os currículos e as abordagens da educação superior são elaborados de forma a pressupor que a mãe, na universidade, 'esqueça' os filhos em casa para se concentrar nos estudos, como se fosse possível separar uma pessoa em mãe (em casa) e estudante (na universidade). Os tempos de conclusão de curso, os prazos (incluindo os de jubilação) e outras tantas políticas institucionais não consideram as especificidades das mães, dos pais e estudantes.

Dessa forma, mesmo com as mulheres ocupando diversos espaços que anteriormente lhes eram negados, a desigualdade persiste. Ao mencionar as análises dos elevados índices de participação feminina em todos os níveis da educação no Brasil, presume-se erroneamente que os problemas de acesso à educação já foram completamente resolvidos.

Todavia, são necessárias, além da garantia do ingresso, políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos, estimulando o espírito científico, o pensamento reflexivo, habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho e formação continuada para o desenvolvimento profissional (CHAVES, TRINDADE; DANTAS, 2020, p.4).

Para Araújo (2021), as universidades são um direito de todos, pois o espaço acadêmico público deve acolher a todos igualmente, e esse público é um grupo presente nesse contexto tem agendas que questionam cada vez mais os lugares, os direitos e as relações constitucionais nas universidades.

Ainda de acordo Araújo (2021, p. 8), em 1956, apenas cerca de 26% das meninas ingressarem no ensino superior no país. No entanto, ao longo do tempo, houve um aumento significativo no número de mulheres matriculadas nas universidades. Apesar desse avanço, muitas não conseguiram alcançá-lo devido à

falta de apoio, especialmente aquelas que eram mães, uma vez que a maioria não tinha acesso a locais adequados para deixar seus filhos enquanto estudavam.

Com o decorrer dos anos, surgiram legislações como o PNAES (Programa Nacional de Auxílio Estudantil), que conferiram direitos visando assegurar a permanência dos estudantes em ambientes universitários. Essas medidas foram implementadas para superar obstáculos e proporcionar condições mais equitativas para as mulheres no acesso e na permanência no ensino superior.

Neste sentido, Araújo (2021) destaca como exemplo o Projeto de Lei 7187-A/2017, cuja existência tem como objetivo certificar-se que os acolhimentos das instituições acadêmicas recebam as crianças enquanto suas mães estudam. Afinal, de acordo com essa Lei, é possível observar o andamento de muitos projetos em algumas universidades, embora seja algo que não beneficia todas as mães, mas é bastante satisfatório para muitas mães que estudam e precisam do espaço.

Bandinter (1985, p.223) é uma autora que analisa muitos pontos que favorecem o lado da mulher como mãe dentro da sociedade durante seus estudos universitários, ela aborda a relevância da maternidade e destaca a importância de ser mãe. Para Bandinter, ser mãe não deveria ser encarado como um impedimento para continuar os estudos, embora isso não signifique ausência de obstáculos. A autora também discute a carência de iniciativas públicas de apoio às mães nas universidades públicas, o que, inevitavelmente, resulta na interrupção dos estudos para muitas delas. Neste sentido:

A opção de parar os estudos e voltar depois que a vida materna estiver estabilizada nem sempre é o que realmente acontece, pois com o tempo, vão surgindo novos obstáculos e dificuldades que acabam desanimando essas mulheres, a ponto de desistir definitivamente da trajetória acadêmica (PRATES E GONÇALVES, 2018, p. 09).

A decisão de interromper os estudos temporariamente para focar na maternidade nem sempre se traduz em uma retomada fácil ou imediata após a estabilização da vida materna. Diversos fatores, como demandas familiares e falta de suporte estrutural, podem influenciar essa trajetória. A importância de políticas educacionais flexíveis é crucial para facilitar retorno bem-sucedido das mulheres à educação superior após períodos dedicados à maternidade.

Ao entrevistar universitárias que tiveram filhos enquanto cursava o nível superior, Lima (2007) destaca alguns dos problemas que as

mães tinham com a chegada da criança e a conciliação com os estudos. Os resultados apontam que, em sua maioria, as mães foram para a educação superior com a intenção de retornar posteriormente, contando com possíveis colaborações de familiares para cuidar de seus filhos enquanto elas estudam. (PRATES E GONÇALVES, 2018, p.9).

A ausência de políticas públicas efetivas de apoio às mães nas universidades públicas pode, de fato, contribuir para a interrupção dos estudos, certo de que, a falta de estruturas como creches universitárias, flexibilidade de horários e políticas de licença-maternidade adequadas pode dificultar a conciliação entre a vida acadêmica e a maternidade. É fundamental que as instituições e o governo adotem medidas que promovam um ambiente inclusivo e apoiem as mulheres que são mães em sua jornada educacional.

Há muitas mulheres que por se tornarem mães desistem de estudar devido às dificuldades e desafios que aparecem no decorrer da maternidade, mas já tem outras que pensam e agem diferente fazendo com que cada obstáculo sirva de incentivo para não desistir.

Nesse contexto, Scavone (2001) destaca que a decisão de se tornar mãe é um fenômeno contemporâneo, cuja consolidação se deu ao longo do século XX. Mudanças econômicas, familiares, avanços tecnológicos e o movimento feminista foram elementos-chave que influenciaram tanto essa escolha quanto a percepção associada ao papel de mãe e de mulher (RESENDE, 2017, p.6).

2.4 A mãe quilombola e universitária: aspecto de interseccionalidade

De acordo com Oliveira (2019), identidade quilombola é uma identidade de resistência. Quando se trata de grupos quilombolas, há a necessidade de um posicionamento político intimamente ligado à questão fundiária.

A interseccionalidade refere-se à interação entre diferentes formas de discriminação ou desvantagens, como raça, gênero, classe social, sexualidade, entre outras. Ou seja,

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos

cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem. (KYRILLOS, 2020, p. 1)

Quando falamos sobre a mãe quilombola e universitária, estamos abordando uma interseccionalidade entre a identidade étnico-racial e o acesso à educação superior. Nisto:

As mulheres negras apontavam a interseccionalidade como uma estratégia necessária para uma melhor compreensão do entrelaçamento entre os múltiplos marcadores sociais de identidades - de gênero, racial, de classe, de orientação sexual etc. - passíveis de serem assumidas por um indivíduo ou grupo. (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 57).

É sabido que as mães quilombolas enfrentam desafios específicos devido ao racismo estrutural, que, segundo Silvio Almeida (2020), “integra a organização econômica e política da sociedade”. Essa realidade, analisada também por Kabengele Munanga (2004), evidencia como o mito da democracia racial no Brasil mascara as desigualdades que afetam diretamente as mulheres negras.

Além disso, Lélia Gonzalez (1988) reforça que o racismo e o sexismo estruturam as vivências das mulheres negras, agravando as barreiras enfrentadas por mães quilombolas em seu cotidiano. Elas são frequentemente marginalizadas e enfrentam dificuldades econômicas, sociais e políticas que afetam seu acesso a recursos básicos, como educação de qualidade, saúde e emprego digno. Além disso, a discriminação racial pode limitar suas oportunidades de ascensão social e econômica.

Quando analisamos a interseccionalidade da mãe quilombola e universitária, é importante reconhecer como a interação entre sua identidade étnico-racial e seu acesso à educação superior molda suas experiências e oportunidades. Isso destaca a necessidade de políticas e programas que levem em consideração essas complexidades e ofereçam suporte abrangente para promover a equidade e a inclusão dessas mulheres em todos os aspectos da sociedade.

A educação emancipa estes sujeitos que foram invisibilizados na história e fortalece esta identidade quilombola na luta por direitos. Contudo, há que se destacar ainda a falta de cidadania. Após muita luta e mobilização, em 1982, as demandas das mulheres negras foram debatidas no congresso do Movimento Negro

Unificado (MNU) e inseridas nos documentos aprovados, consolidando-se no seu Programa de Ação (DOMINGUES, 2007).

Sendo assim, podemos afirmar que todas as lutas, feitas para garantir o direito das mulheres negras na sociedade, ainda não foram totalmente suficientes, pois ainda é possível notar a falta de visibilidade da mulher negra no mundo atual exercendo seus direitos como qualquer outra pessoa.

A realidade da mulher preta tem certos tipos de diferenças entre a realidade da mulher branca, uma vez que, as oportunidades que são oferecidas às mulheres brancas nem sempre são as mesmas das mulheres negras, pois de acordo com o que vivemos na sociedade, é possível notar a exclusão da mulher negra em vários aspectos, tanto na vida social quanto intelectual.

Tal exclusão na sociedade vem acontecendo desde tempos passados, então tudo isso foi se reproduzindo até os dias de hoje, sendo evidente que preconceitos como esse nunca deveriam ter existido. Porém, a cada dia que passa, a situação parece não ter solução, mesmo depois de tantas lutas e movimentos formados pelos negros em busca de direitos iguais.

Ainda, os negros enfrentam muitos desafios para conquistar seus objetivos, e mesmo assim quando conseguem são vistos como se não tivessem capacidade de estarem ali naquela posição social.

Com base nos pressupostos de Araujo (2013) a mulher negra desde a época da escravidão sofre por excesso de função, pois além de ser escrava, dona de casa, mãe, ainda eram vistas como objetos de desejo sexual dos seus senhores donos. Sendo assim, além de cuidar dos seus filhos, ainda eram obrigadas a praticamente criarem os filhos dos brancos.

De acordo com Davis (2016, p.17), proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalham mais fora de casa do que as mulheres brancas, dado que o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório, que aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras.

A mulher negra, na época da escravidão, era sempre vista como uma simples prestadora de serviços, em que a maioria do seu tempo era dedicado para cuidar das casas e dos filhos dos brancos, ou seja, dos seus donos, porém, infelizmente, a

realidade da mulher preta ainda não mudou significativamente nos dias atuais, já que muitas vezes continuam sendo vistas como empregadas domésticas pela maioria da sociedade, evidenciando que:

[...] posição que as empregadas domésticas ocupam, principalmente as empregadas negras, é um espaço legitimado pela condição histórica da escravidão que atribuiu de forma autoritária a condição e obrigação do cuidado, da alimentação do senhor e da senhá e de seus filhos nas mãos de mulheres negras (SANTOS, 2021, p. 30).

Aos olhares de muitas pessoas, a mulher negra sempre terá funções comparadas a época da escravidão, mas para o bem dessas mulheres muitas coisas vêm mudando ao seu favor. Mudanças essas que vieram por meio de muitas lutas e dos movimentos negros, que foram realizados com o objetivo da busca de direitos que favorecessem a realidade do povo preto. Por meio dessas lutas, passamos a conquistar vários direitos como votar, estudar e até ingressar em universidades públicas ou até mesmo particulares com direito às bolsas de estudos. Contudo, isso não significa que deixaram de existir aqueles olhares preconceituosos sobre as conquistas do povo preto, pois, para muitos, o negro não tem possibilidades de subir de condição social por causas das poucas oportunidades que são oferecidas.

Para Rodrigues e Alves (2021, p.08), a análise de gênero junto com as dimensões raciais e de classe, nos esclarece a perspectiva interseccional, essas são facetas inseparáveis na sociedade, uma vez que todas as mulheres sofrem opressão de gênero devido às estruturas patriarcais e capitalista da sociedade. Dado que as mulheres negras e as pobres foram historicamente confrontadas com a necessidade de trabalhar de forma remunerada, o que nem sempre foi verdade para aquelas que compunham a classe burguesa. Pois desde sempre, dos tempos antigos até os dias atuais, a mulher preta/ negra sempre foi tratada e percebida com olhares diferentes, essa é uma situação bastante visível ao nosso redor. Infelizmente é algo que parece não ter fim, pois, o preconceito está de alguma forma enraizado na sociedade.

A figura da mulher negra, historicamente marcada por estigmas, tem sido vista de maneira limitada e preconceituosa por grande parte da sociedade brasileira. Segundo Santos (2021, p. 28-29), muitas vezes, ela é associada exclusivamente a funções como empregada doméstica, babá ou dona de casa, além de ser tratada como objeto sexual, sendo frequentemente desumanizada e sexualizada.

É notável como as pessoas negras são tratadas e vistas com inferioridade aos olhos de muitos na sociedade, porém as mais afetadas são as mulheres, pois elas sofrem muitos tipos de preconceitos. Principalmente quando são mães, quando são mães solteiras são as que mais sofrem e enfrentam obstáculos, e se não tiverem nem um tipo de estudo ou formação profissional ainda se torna pior a situação.

Para ingressarem no mercado de trabalho sempre passam por situações delicadas pela cor da pele, ou até mesmo pela condição social, porém aos poucos as coisas estão mudando e através de muitas lutas várias mudanças estão acontecendo a favor da comunidade preta.

As universidades federais, por exemplo, têm sido um espaço de acesso e oportunidades para mulheres negras e mães, oferecendo-lhes uma possibilidade concreta de evolução acadêmica e de inserção no mercado de trabalho. Contudo, essa conquista não foi alcançada de maneira simples ou sem resistência. O direito à educação superior foi, e ainda é, uma batalha árdua para essas mulheres, que enfrentam múltiplas camadas de opressão.

Essas camadas se revelam de forma interseccionada, envolvendo não apenas o gênero e a maternidade, mas também o racismo estrutural e a desigualdade social, que colocam essas mulheres em desvantagem em relação aos seus colegas. Assim, o acesso à universidade representa mais do que uma oportunidade acadêmica: é o resultado de uma luta constante pela afirmação de seus direitos e pela superação de barreiras históricas que têm suas raízes nas desigualdades sociais e raciais do Brasil.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (documentos)

A melhoria na gestão das universidades públicas federais brasileiras é salutar diante os desafios políticos, sociais e econômicos que permeiam seu ambiente interno e externo. Pesquisar sobre ferramentas de gestão que contribuam para a organização dessas instituições é contribuir, também, para o desenvolvimento da educação superior brasileira.

Dentre as ferramentas que a administração pode oferecer, está o planejamento estratégico que, no contexto brasileiro, é comumente associado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, regularmente por legislações. Pode-se afirmar que a maioria das universidades possui o referido planejamento, havendo, porém, menor parcela sem PDI vigente, e outras que adotaram terminologias diferentes do que preconiza a legislação.

3.1 Políticas de permanências na educação superior

Henriques (2016, p.3) fala que a educação superior, historicamente negada para a população negra, em especial para as trabalhadoras domésticas negras, passou a ser um horizonte de luta das negras, principalmente da juventude negra que assistiu à geração anterior, a de seus pais, ter direito a educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras.

Sendo assim, em conformidade com as autoras Rodrigues e Alves (2021, p.10) é preciso analisar a situação das mulheres mães negras na universidade, em que é fundamental adotar uma abordagem interseccional para compreender as dificuldades enfrentadas pelas mães universitárias, pois as questões relacionadas à maternidade se entrelaçam com outras dimensões de suas identidades, como gênero, raça e classe social, a fim de compreender às dimensões de gênero, raça e classe social instrumentalizadas para a manutenção de estruturas opressoras.

Sabendo que desde sempre a classe trabalhadora com baixa renda sempre foi e ainda é vítima da opressão, são pessoas que enfrentam diversos tipos de obstáculos até chegar aonde querem, ou seja, até colocarem seus objetivos em prática. Em que a maioria dos afetados são a comunidade negra, principalmente a

mulher negra, e quando são mães é pior ainda, pois no país em que vivemos as pessoas são vistas de acordo com a sua condição social ou cor da pele.

A oportunidade para as mulheres cursarem o ensino superior e entrarem no mercado de trabalho tem aumentado, porém, isso acarreta muitas responsabilidades e jornadas múltiplas diárias. Por meio da oferta de ensino superior voltado para os povos do campo, muitas mulheres que possuíam o sonho de se formarem, mesmo estando há anos sem estudar, ressurgiu. No entanto, muitas delas possuem filhos e trabalham, aumentando ainda mais a responsabilidade e dificuldades enfrentadas (COSTA, 2019).

Em 2020, o cenário educacional brasileiro difere do de décadas atrás, quando a escassa oferta de educação formal não se destinava às mulheres. O que ocorre hoje é as mulheres serem maioria “nas escolas, nos cursos de qualificação e nas universidades, segundo os dados do Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social MTPS” (BRASIL, 2016, p.1).

Desta maneira, o acesso ao ensino superior deixou de ser um problema para as mulheres. Por certo, ainda há muitos outros desafios, uma vez que elas desempenham múltiplas funções, que lhes são atribuídas culturalmente como obrigação e de exclusiva competência feminina, como as atividades domésticas e a maternagem. Sendo assim, o cotidiano de muitas mulheres ao ingressar no ensino superior é desafiador e as múltiplas funções exercidas trazem implicações ao seu desempenho acadêmico.

O ingresso no ensino superior, bem como no mercado de trabalho, não as desobriga das funções domésticas e do cuidado com os filhos. E, deste modo, a universidade passa a disputar o tempo e a dedicação dessa mulher com as outras atividades por ela desempenhadas. Por esta razão, não é suficiente abrir as portas das universidades para as mulheres sem assegurar oportunidade de igualdade para aquelas que são ou serão mães durante o período universitário.

A realidade dessas universitárias apresenta suas especificidades, as quais devem ser consideradas pelas instituições de ensino ao planejar, executar e avaliar as políticas públicas educacionais e assistenciais voltadas para elas.

No contexto de expansão da educação superior, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é criado em 2010 visando viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação,

transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. No que se refere ao ingresso e principalmente à permanência da mulher na universidade, as políticas assistenciais dispõem de: licença maternidade; direito à realização de atividades domiciliares em decorrência da gravidez e auxílio-creche. Contudo, nem sempre as políticas propostas no nível macro dão conta de atender a realidade quando observadas as questões apresentadas por mães (e pais) de filhos pequenos em múltiplas situações de ensino (e pesquisa e extensão) por vezes em cursos noturnos, ou com demandas de estágios longos, mudanças de residência para as cidades onde ficam os campi, dentre tantas outras questões que afetam diretamente a maternagem. Compreender uma política de assistência estudantil significa entender o nível micro (CHAVES, TRINDADE, DANTAS, 2020, p.4-5).

Assim, ainda que as mulheres ocupem vários espaços que antes lhes foram negados, a desigualdade persiste, uma vez que as análises dos altos índices de participação da mulher em todos os níveis da educação do Brasil pressupõem-se que os problemas de acesso à educação já teriam sido solucionados.

Todavia, são necessárias, além da garantia do ingresso, políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos, estimulando o espírito científico, o pensamento reflexivo, habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho e formação continuada para o desenvolvimento profissional.

Sendo assim, o Estado precisou elaborar e implementar políticas públicas de assistência estudantil com o intuito de prover os mecanismos necessários para o desenvolvimento destes durante o processo da graduação, em especial no novo cenário de reestruturação e expansão da educação superior.

Deste modo, a criação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), em 2010, regulamenta ações socioassistenciais nas Instituições de Federais de Educação Superior (IFES), com a finalidade de democratizar as condições de permanência, minimizar as implicações das desigualdades na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão, assim como fomentar uma educação inclusiva (BRASIL, 2010).

Com estes objetivos, o PNAES se volta para o apoio em diferentes áreas, tais quais: transporte, moradia estudantil, atenção à saúde, cultura, alimentação, inclusão digital, esporte, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e creche, este último dirigido para filhos de mães/pais universitários. (CHAVES, TRINDADE, DANTAS, 2020, p.4-5).

3.1.1 UFT como um todo

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi criada em 2000, após uma intensa mobilização da sociedade tocantinense, e passou a funcionar com estrutura própria e posse dos primeiros servidores a partir de 2003. A UFT possui diversos câmpus em diferentes cidades, oferecendo uma ampla variedade de cursos superiores acessíveis a todos os perfis de alunos, reforçando seu compromisso com a inclusão.

Cada câmpus da UFT possui características próprias, refletindo as particularidades locais. Os prédios e estruturas variam de acordo com as necessidades e contextos de cada unidade, o que evidencia a diversidade e a adequação às realidades distintas que compõem a universidade.

Com base no PPC do Curso de Pedagogia, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A UFT trata-se de “uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente” (ARRAIAS, 2018, p.9).

É válido destacar que a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Estado do Tocantins, conseqüentemente em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. (ARRAIAS, 2018, p.9).

A partir desta comissão, tendo o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão (ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), como presidente da comissão, elaborou o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Segundo o PCC do Curso de Pedagogia, do campus de Arraias-TO:

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor

Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pró-tempore* da UFT (ARRAIAS, 2018, p.9).

Ainda de acordo com PCC do Curso de Pedagogia “em julho de 2001, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, na qual teve como objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins, dando início às providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Conseqüentemente, finalizada as ações da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque, tendo como reitor *pró-tempore* o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra e por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuka Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

A partir dessa comissão, foi possível a elaboração e organização das minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos Cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE), além da criação das comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). (ARRAIAS, 2018, p. 10).

A partir do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, foi realizada a convalidação dos Cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS).

Figura 1: Universidade Federal do Tocantins (UFT).



Fonte: Site UFT

E assim, a UFT incorporou todos os Cursos e o Curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil acadêmicos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campos já existentes e dos prédios que estavam em construção.

Desse modo, a UFT, tem sete Câmpus que estão preparados para receber alunos de todo o País, tendo, pois, mais de 64 cursos distribuídos em todos os Câmpus do Estado, à disposição dos estudantes, esses Câmpus estão situados nas cidades do Tocantins: Araguaína; Arraias; Gurupi; Miracema; Palmas; Porto Nacional e Tocantinópolis.

3.1.2 UFT de Arraias

De acordo com site oficial e institucional da UFT, suas origens relacionam-se com a fundação da primeira universidade do Tocantins, a UNITINS. É impossível discutir a origem da UFT sem reconhecer a contribuição da UNITINS, que deixou como legado a luta de seus estudantes por uma universidade autônoma e democrática. Essa luta envolveu greves e passeatas contra os interesses tradicionais do estado, que buscavam privatizar a universidade (COSTA, 2008).

Inicialmente, a UFT era composta por 10 campi em todo o estado, incluindo Centros de Extensão estabelecidos pelo Decreto nº 253, de 27 de dezembro de 1990, nas cidades de Arraias, Tocantinópolis e Gurupi. Esses centros absorveram as faculdades isoladas de Porto Nacional e Araguaína, além de estabelecerem novos centros em Palmas, Paraíso, Miracema e Gurupi.

Em 1990, foi inaugurado o curso de Pedagogia em Arraias (ver figuras 10 e 11), e em 15 de março de 1991, as primeiras atividades pedagógicas foram iniciadas no Campus universitário de Arraias. Inicialmente, o Campus oferecia apenas o curso de Pedagogia, sendo somente em 1995 que o curso de Licenciatura em Matemática foi implantado, seguido pelo curso de Normal Superior em 2001, habilitando para as séries iniciais do ensino fundamental.

Em 1992, a estrutura curricular foi aprovada pelo Conselho Estadual do Tocantins. Os Centros de extensão inicialmente focaram na formação de profissionais para o magistério e outros níveis educacionais, visando suprir a demanda por educadores no estado. Com a Medida Provisória nº 106/91, de 22 de agosto, os Centros passaram a operar como Centros Integrados, subordinados ao Centro Universitário de Porto Nacional (anteriormente sediado em Miracema). Posteriormente, com a Resolução nº 019/93 da Comissão Diretora da UNITINS, os Centros Integrados foram transformados em Centros Universitários.

Em 1998, um estudo realizado por alunos do curso de Matemática sobre a origem social dos estudantes revelou que, em Arraias, a maioria provinha de famílias tradicionais. No entanto, a composição estudantil nesse campus começou a mudar a partir de 1994, quando uma significativa quantidade de alunos do nordeste goiano, especialmente dos municípios de Campos Belos e Monte Alegre de Goiás, passou a se destacar na vida universitária em Arraias (PALMAS, 2022).

Figura 2: Campus de Arraias (Campus Prof. Dr Sérgio Jacintho Leonor)



Fonte: Site UFT

3.2 Políticas de permanência na UFT

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) vem contribuindo na formação de profissionais, efetivando a transformação do contexto regional em que está inserida. São 20 anos de uma história construída por muitas pessoas que se dedicam à educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade.

Segundo Castro (2023), a Universidade Federal do Tocantins tem como objetivo firmar e manter o compromisso de formar cidadãos qualificados, que mantêm a educação pública, inclusiva e inovadora. Nisto, se constituem as políticas de permanência e assistência estudantil da UFT.

De acordo como Venâncio (2019), a política de assistência estudantil da UFT é constituída por um conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso da permanência e do êxito dos estudantes sob aspectos de inclusão social, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Neste contexto, é compreensível que a Assistência Estudantil tem por finalidade promover a inclusão universitária, na perspectiva da igualdade de direitos e de qualidade no atendimento das demandas dos discentes, proporcionando o acesso dos estudantes à universidade. Sendo assim, para facilitar o acesso do estudante universitário dentro da UFT, a Assistência Estudantil promove vários tipos de auxílios estudantis para que ajude na permanência do aluno dentro das unidades da universidade enquanto cursam o Ensino Superior.

É válido destacar que a maioria desses auxílios são destinados para alunos que possuem vulnerabilidades socioeconômicas, contribuindo assim para o acesso e a permanência de muitos alunos para continuar com os estudos e concluir o Ensino Superior desejado. Os auxílios permanência são distribuídos em várias demandas que correspondem a públicos diferentes, porém com o mesmo objetivo de qualquer aluno possa fazer sua inscrição dentro das normas da universidade.

Os auxílios são: Permanência; Alimentação; Moradia; Saúde; Quilombola; Indígena e participação em eventos, seus valores costumam variar, tem alguns no valor de 400 reais por cada aluno e tem outros que chegam a ser até 900 reais, como por exemplo a Bolsa Quilombola e Indígena. No entanto, cada um tem uma definição, e se caso o aluno tiver com a documentação toda certa no Sistema Cubo, ele pode ter direito até mais de um auxílio, sistema este, que analisa a situação

socioeconômica dos alunos, para saber se pode ser aprovado ou não para receber auxílio permanência (VENANCIO, 2019).

3.2.1 Espaço Lúdico Pedagógico da UFT de Arraias

Ao conhecermos a UFT de Arraias- TO, agora é importante salientar acerca do Espaço Lúdico Pedagógico, do Campus Arraias – TO. A princípio, é possível destacar, a partir dos conhecimentos prévios obtidos durante o período de estudo na faculdade de Pedagogia, é válido destacar que, esses espaços, trata-se de um espaço de acolhimento das crianças com atividades lúdicas e socializadoras, sejam elas filhas e filhas de estudante, servidores da UFT e terceirizados.

De acordo com Santos (2023, p.3), o Espaço Lúdico Pedagógico é um projeto de extensão, em seu plano piloto teve duração de 12 meses, e atualmente está implantado em Arraias, Porto Nacional, Miracema e Gurupi. Contudo, nosso objetivo de estudo, está voltado para o Espaço Lúdico Pedagógico em Arraias -TO.

Figura 3: Espaço Lúdico Pedagógico da UFT de Arraias



Fonte: <https://ww2.uft.edu.br/>

Ainda, Santos (2023), destaca que em agosto de 2023, o Espaço Lúdico Pedagógico deixou de ser considerado piloto, marcando um novo estágio em sua consolidação. Nesse processo de evolução, foram realizadas seleções para a coordenação do projeto, bem como para a escolha de novos bolsistas. O público-alvo atendido pelo Espaço Lúdico compreende crianças com idades entre 4 e 7 anos, que são filhas de estudantes, professores e demais funcionários da instituição.

Vale destacar que, em conformidade com as diretrizes do projeto, as vagas destinadas aos filhos dos funcionários só são preenchidas caso não haja demanda por parte dos filhos dos estudantes. Essa abordagem visa assegurar a participação prioritária da comunidade acadêmica, promovendo uma oferta equitativa de serviços no âmbito do Espaço Lúdico Pedagógico.

Desse modo, tomando por base a Resolução nº 61 de 18 de maio de 2022, o Espaço Lúdico Pedagógico, tem como finalidade e objetivos:

Art. 3º O Espaço Lúdico Pedagógico não é um serviço de creche ou de babá. É um espaço de acolhimento das crianças, filhas e filhos de estudantes, de servidores e servidoras, de terceirizados e terceirizadas da UFT, com atividades lúdicas e de socialização para as crianças.

Art. 4º Os Espaços Lúdicos Pedagógicos têm como objetivo geral oferecer à comunidade acadêmica, preferencialmente aos/às estudantes, um espaço de acolhimento aos seus/suas filhos/filhas em condições de segurança e de estímulo ao desenvolvimento integral, enquanto os seus responsáveis estiverem em atividades laborais. (PALMAS, 2022, p. 3).

Assim, entende-se que esses espaços objetivam proporcionar à comunidade acadêmica, dando prioridade aos estudantes, um ambiente acolhedor para seus filhos e filhas, assegurando condições de segurança e promovendo estímulos ao desenvolvimento integral durante o período em que seus responsáveis estiverem envolvidos em atividades laborais. Ainda, vale destacar o art. 5, na qual preconiza:

Art. 5º Especificamente são objetivos desse projeto:

I - Oportunizar às crianças beneficiadas, a convivência e o estímulo ao seu desenvolvimento integral com atividades lúdicas, brincadeiras e jogos;

II-Propiciar aos estudantes bolsistas de extensão conhecer e compreender os seguintes temas: criança, infância e desenvolvimento humano na fase da infância;

III - oportunizar a intergeracionalidade através de atividades lúdicas, transformando e descobrindo novos significados a partir do simbólico, com devido planejamento e orientação pedagógica;

IV-Possibilitar aos familiares das crianças beneficiadas, conhecimentos sobre a criança, características de suas fases de desenvolvimento e a importância dos jogos e brincadeiras ao longo da infância.

V- Subsidiar a atuação de docentes no desenvolvimento das atividades formativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. (PALMAS,2022, p.4).

Ao que parece, o Espaço Lúdico Pedagógico da UFT surge como resposta às demandas de muitos estudantes de graduação que, por não terem com quem deixar seus filhos, se veem obrigados a levá-los para as aulas. Nesse contexto, a melhor forma de apoiar a permanência desses acadêmicos seria oferecer um local que, além de proporcionar cuidados, também favorecesse a aprendizagem das crianças por meio de atividades lúdicas, estimulando o desenvolvimento delas enquanto suas mães se dedicam aos estudos. Nesta perspectiva, sabe-se que:

O projeto será relevante para a comunidade acadêmica, pois auxiliará na permanência das famílias, dessa forma terá impacto social importante, além de impacto educacional, visto que os estudantes terão mais qualidade em sala de aula, pois terão espaço adequado para as crianças, enquanto estiverem em atividades acadêmicas. (...) também cumpre a função de espaço para aperfeiçoamento profissional (PALMAS, 2022, p. 4).

Ele surge a partir dessas demandas dos estudantes que trazem seus filhos para a sala, no qual irá interferir na aprendizagem do aluno e pela sala não ser um espaço adequado para as crianças. Dessa forma, para garantir que as mães universitárias possam se concentrar nos estudos sem a preocupação constante com o cuidado de seus filhos, é essencial a criação de espaços adequados para o cuidado infantil dentro das instituições de ensino.

Esses locais não apenas evitam constrangimentos para as mães, que podem se sentir desconfortáveis ao ter que levar seus filhos para a universidade, mas também garantem a permanência dos alunos no ambiente acadêmico. Além disso, um espaço destinado ao cuidado infantil contribui para o desenvolvimento das crianças, proporcionando um ambiente seguro e estimulante, o que favorece o bem-estar delas enquanto as mães estão focadas no aprendizado e nas atividades acadêmicas."

E para que aconteça esse desenvolvimento, as atividades devem ser conforme consta no projeto por meio de "estimulação pedagógica, brincadeiras, musicalização, desenhos e pinturas às crianças que acompanham suas famílias, dos diferentes cursos de graduação." (PALMAS, 2022, p.4)

Por fim, é importante salientar que o projeto tem uma carga horária mínima para as estudantes bolsistas de 16 horas semanais, sendo que 4 horas devem ser utilizadas para o planejamento semanal das atividades e para o estudo e divulgação das atividades que estão sendo desenvolvidas, como critério de avaliação.

4 RELATOS DAS ENTREVISTAS NA UFT DE ARRAIAS

A seção "Relatos das Entrevistas na UFT de Arraias" oferece uma perspectiva única e detalhada sobre as experiências das mães universitárias, tanto as desassistidas quanto as assistidas pelo Espaço Lúdico Pedagógico. Ao explorar esses relatos, o capítulo busca lançar luz sobre os desafios enfrentados por essas mulheres, assim como as oportunidades e apoios oferecidos pelo ambiente acadêmico. Através das vozes e experiências compartilhadas, este capítulo busca promover uma compreensão mais profunda das complexidades que envolvem a maternidade e a busca pelo ensino superior, especialmente em um contexto universitário específico.

4.1 A coordenadora do Espaço Lúdico Pedagógico

Assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender a contribuição do Espaço Lúdico Pedagógico do Campus UFT de Arraias - TO no processo de aprendizagem, com base nas informações coletadas por meio de questionários e observações realizadas junto à coordenação do Espaço Lúdico Pedagógico da UFT de Arraias.

Dando sequência a esta análise, a entrevista aplicada é constituída por sete perguntas, que permitiu ao entrevistado responder livremente, usando uma linguagem própria e emitindo suas opiniões. A primeira pergunta trata-se de como surgiu a ideia para a criação do espaço? Referente a esta questão, a resposta dada pela coordenadora, entrevistada foi a seguinte:

Desde que cheguei em Arraias, uma demanda que chamou a atenção foi o crescimento do índice de estudantes que traziam crianças para as salas de aula. Isso me incomodava, e continua incomodando, porque a sala de aula não é o espaço apropriado para as crianças. A ideia para a criação deste espaço surgiu do convite e conversa promovida pela Proex, (que havia elaborado um projeto, a partir das demandas que chegaram até a Pró-reitoria e buscou junto aos nossos representantes, recursos para organizar o referido espaço). A Proex entrou em contato com professoras dos campi de Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Palmas, (com experiência em docência na educação infantil) que vivenciavam a mesma situação. Durante todo o ano de 2021 ocorreram reuniões via *google meet* para discutir o assunto, sendo que as professoras encamparam a ideia, se organizaram e propuseram juntamente com a Proex a criação de uma comissão para elaborar o regimento do Espaço Lúdico Pedagógico (o nome foi definido pela Proex e pelas

professoras) encaminhado ao Conselho Superior de Ensino - Consuni. O regimento de criação do Espaço Lúdico Pedagógico foi elaborado e aprovado no Consuni. A partir daí foi realizada a indicação de professoras que responderam pelo subprojeto em cada campus, pelo período de um ano (junho de 2022 a junho de 2023). Houve um intenso trabalho (muitas reuniões) para organização dos referidos espaços (espaço físico junto às direções dos campi), compra de materiais, elaboração de editais de seleção de bolsistas e crianças a serem atendidas. Após esse período foi realizada seleção para coordenação dos espaços, nova seleção para bolsistas e para crianças a serem assistidas (COORDENADORA).

Essa resposta oferece uma visão detalhada e esclarecedora sobre a criação e desenvolvimento do Espaço Lúdico Pedagógico na UFT de Arraias. Destaca-se a iniciativa colaborativa entre a Proex, professoras dos campi e representantes da universidade para atender a uma demanda real e crescente de estudantes que precisavam trazer seus filhos para as salas de aula. A narrativa evidencia o esforço conjunto para estabelecer não apenas o espaço físico, mas também os processos e recursos necessários para apoiar as mães universitárias e suas crianças.

Além disso, a referência ao processo de elaboração do regimento do Espaço Lúdico Pedagógico, a seleção de professores e bolsistas, e a organização dos espaços físicos demonstra um compromisso sério com a criação de um ambiente acolhedor e educativo para as crianças, enquanto suas mães buscam a formação acadêmica. Este relato fornece uma visão holística do planejamento e implementação do projeto, ressaltando o cuidadoso trabalho envolvido em sua concretização. A segunda questão foi: **por que a universidade nunca tinha pensado em um espaço como esse antes?**

A universidade não foi criada com essa função. Não é competência da universidade. Essa é uma questão social. É importante esclarecer que existe legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que trata dos direitos e deveres das crianças e do papel das famílias. A presença de uma criança dentro da sala de aula interfere na aprendizagem não só da estudante, mas de toda a turma. Ademais, não é o espaço adequado para as crianças, e devemos ter muito cuidado porque como disse anteriormente existe legislação que garante às crianças o cuidado adequado, em ambientes adequados. Porém, a UFT não está alheia a essa questão e por isso a criação do projeto. O Espaço Lúdico Pedagógico existe pelo esforço da Pró-reitora de Extensão juntamente com um grupo de professoras e com recurso exclusivo de emenda de bancada (COORDENADORA 01).

Essa resposta destaca uma perspectiva importante em relação à presença de crianças em ambientes universitários, apontando para a legislação existente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece direitos e deveres das crianças, assim como o papel das famílias. Além disso, ressalta a interferência da presença de crianças na sala de aula na aprendizagem não só da estudante mãe, mas de toda a turma, e a importância de proporcionar um ambiente adequado para o cuidado e desenvolvimento infantil.

Ao mencionar que a universidade não foi criada originalmente com essa função e que a questão é social, a resposta contextualiza a criação do Espaço Lúdico Pedagógico dentro da UFT. Destaca-se ainda o esforço da Pró-reitora de Extensão, juntamente com um grupo de professoras, para viabilizar o projeto com recursos exclusivos de emenda de bancada.

Essa perspectiva enriquece o entendimento sobre os desafios e responsabilidades envolvidos na criação de espaços para atender às necessidades das mães universitárias e suas crianças, ao mesmo tempo em que ressalta a importância do cumprimento da legislação e do cuidado adequado às crianças. Na terceira pergunta: **Qual é a quantidade de crianças permitida no local durante os todos os turnos?**

O número de crianças atendidas considera o espaço físico (tamanho da sala) onde funciona o espaço lúdico pedagógico, conforme a sua metragem. em arraias, a quantidade máxima é de sete crianças em cada turno: sete crianças no matutino e sete crianças no turno noturno (COORDENADORA 01).

Essa informação destaca a importância de considerar o espaço físico disponível ao determinar a capacidade de atendimento do Espaço Lúdico Pedagógico. Ao estabelecer um limite de sete crianças por turno, baseado na metragem da sala, a universidade demonstra um compromisso em garantir um ambiente seguro e adequado para o desenvolvimento das crianças atendidas.

Ao limitar o número de crianças por turno, a instituição busca assegurar que cada criança receba a atenção e o cuidado necessários, além de promover um ambiente propício para atividades lúdicas e pedagógicas. Essa abordagem reflete uma preocupação com a qualidade do atendimento e o bem-estar das crianças, considerando as condições físicas do espaço disponível.

A quarta pergunta trata-se de **por que o espaço só permite matrículas de crianças de 04 anos até 07 anos de idade?** Em resposta a coordenadora, concedeu a seguinte resposta:

A definição da idade considera o fato de o Espaço Lúdico Pedagógico, não ter caráter de escolarização, não é creche, as bolsistas não têm a função de babá e respeita a legislação vigente sobre o cuidado com as crianças. Por isso a idade definida é de quatro a sete anos (COORDENADORA 01).

Essa resposta esclarece a definição da faixa etária atendida pelo Espaço Lúdico Pedagógico, destacando que o espaço não tem o propósito de ser uma creche ou um ambiente de escolarização formal. Ao enfatizar que as bolsistas não têm a função de babá e respeitam a legislação vigente sobre o cuidado com as crianças, a resposta reforça o compromisso em oferecer um ambiente adequado para atividades lúdicas e pedagógicas, em conformidade com as legislações.

A definição da faixa etária de 4 a 7 anos é fundamentada na natureza do espaço, que busca proporcionar atividades adequadas ao desenvolvimento infantil nesse intervalo de idade, sem assumir responsabilidades típicas de uma creche ou instituição escolar. Essa abordagem ressalta o cuidado em estabelecer limites claros e em conformidade com as diretrizes legais, garantindo que as atividades desenvolvidas sejam apropriadas para a faixa etária atendida.

Na quinta pergunta, foi perguntado o seguinte: **Por que o espaço não acolhe bebês?** Em sua resposta a coordenadora relatou a seguinte resposta: “O Espaço Lúdico Pedagógico não acolhe bebês, primeiro porque não é creche, segundo porque o espaço físico não atende às exigências legais para o atendimento a bebês” (COORDENADORA 01).

Essa resposta enfatiza de forma clara e direta que o Espaço Lúdico Pedagógico não tem a capacidade de acolher bebês. A explicação é fundamentada em duas razões principais: a natureza do espaço como não sendo uma creche e as limitações do espaço físico em atender às exigências legais para o cuidado de bebês.

Ao comunicar esses motivos, a resposta destaca a importância de seguir as regulamentações legais relacionadas ao cuidado infantil e reconhece as limitações do espaço físico para atender às necessidades específicas dos bebês. Essa abordagem transparente reforça o compromisso em garantir um ambiente adequado

e seguro para as crianças atendidas, ao mesmo tempo em que esclarece as razões pelas quais bebês não podem ser acolhidos no Espaço Lúdico Pedagógico.

A sexta pergunta diz o seguinte: quem **são os envolvidos na criação do projeto?** A resposta foi respondida na primeira questão, resposta na qual, destaca o processo colaborativo e participativo que levou à criação do Espaço Lúdico Pedagógico, uma iniciativa promovida pela Proex, que elaborou um projeto a partir das demandas recebidas, buscando recursos e apoio junto aos representantes. A colaboração entre a Proex, as professoras e a criação de uma comissão para elaborar o regimento do Espaço Lúdico Pedagógico demonstra um esforço conjunto para estabelecer as bases e diretrizes desse espaço.

A definição do nome do espaço, bem como o encaminhamento do projeto ao Conselho Superior de Ensino, ressalta a seriedade e o compromisso envolvidos nesse processo. Essa resposta evidencia a importância da cooperação e da troca de experiências na concepção e implementação do Espaço Lúdico Pedagógico, refletindo um esforço coletivo para atender às necessidades educacionais das crianças.

A sétima e última pergunta, remete-se: **Quais são as expectativas futuras em relação ao projeto que foi criado?** Em resposta, a coordenadora do espaço lúdico pedagógico, destacou que “a expectativa é de melhorarmos cada vez mais a qualidade do atendimento, às crianças assistidas”. É notável que as expectativas são positivas e proativas em relação ao futuro do Espaço Lúdico Pedagógico, uma vez que, expressa a intenção de melhorar continuamente a qualidade do atendimento oferecido às crianças assistidas, demonstra um compromisso com o aprimoramento constante das atividades e dos serviços prestados.

Essa expectativa ressalta o foco na evolução e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e lúdicas, visando proporcionar um ambiente cada vez mais enriquecedor para as crianças atendidas. A busca pela melhoria contínua também indica uma postura de escuta atenta às necessidades das crianças e de adaptação às melhores práticas educacionais.

Essa abordagem otimista e voltada para o aprimoramento é fundamental para garantir que o Espaço Lúdico Pedagógico possa oferecer experiências educacionais significativas e de qualidade para as crianças, contribuindo para seu desenvolvimento integral.

4.2 As mães universitárias assistidas por um Espaço Lúdico Pedagógico

Das entrevistas realizadas, apenas uma participante relatou ter sido assistida por um espaço de acolhimento e atividades educativas em sua trajetória acadêmica. No entanto, é importante destacar que ela não era acadêmica da UFT de Arraias, mas sim ex-aluna de um curso da UnB de Planaltina.

Para a identificação das respostas, a entrevistada foi identificada como (**MÃE 01**). O questionário é composto de seis perguntas, a primeira pergunta refere-se à relação e conciliação da mulher que estuda, trabalha e é mãe, nisto questiona-se o seguinte: **Como conciliar trabalho, estudo, e ser mãe ao mesmo tempo?**

Conciliar no caso as 3 coisas, no caso o trabalho, o estudo e ser mãe né, não foi uma coisa fácil, foi uma batalha, foi uma luta árdua que na qual hoje me sinto uma pessoa realizada. Foram muitas e muitas barreiras enfrentadas para chegar até o final do curso. No início foi bem mais difícil depois a própria universidade fez um projeto, aderiu ao projeto da Ciranda na qual eles conseguiram algumas pessoas para estar ajudando a gente a cuidar das crianças ao decorrer da universidade no tempo que a gente tava na faculdade. Isso facilitou, mas é uma responsabilidade enorme você tá ali naquele lugar com sua criança o seu bebê né, mas hoje eu considero uma pessoa realizada (**MAE 01**).

Nesse sentido, Pereira (2022, p. 9) enfatiza que “quando a mulher se torna mãe, começa um longo processo de desafios e descobertas. A forma como criar, educar, algumas dificuldades e sensações diferentes”. Dando continuidade a importância de um espaço pedagógico nas universidades, tendo a evidência nas realidades vivenciadas por mães universitárias, a segunda questão traz o seguinte questionamento: **quais são as maiores dificuldades enfrentadas enquanto mãe de criança durante o curso?**

Minha maior dificuldade enfrentada durante o curso foi no momento em que eu tive que deixar a minha bebê na comunidade na qual eu não tive como tá levando ela todas as vezes em todas as etapas que eu tava indo. Teve um momento que eu tive que deixar ela para trás para e em busca de um sonho (**MÃE 01**).

Em continuidade, a terceira pergunta tratou-se de **qual foi o seu maior desafio durante o curso?** Em resposta, a mãe universitária, enfatizou em questões de logística, voltando-se para o deslocamento, relatando o seguinte: “Meu maior desafio na época que eu fazia o curso foi o deslocamento, é que não tinha o hábito

de deslocar por tempo grande da comunidade, era tempo às vezes de dois meses ficava longe da família, esse foi o meu maior desafio enfrentado na época” (MÃE 01).

Nisto, logo é notável que dependendo do curso, há uma necessidade de um deslocamento de longos períodos fora da comunidade, o que implicou em sacrifícios pessoais e logísticos, requerendo assim, adaptação a essa nova realidade, demandando de esforço emocional e organizacional.

Após compreendermos o contexto da conciliação e desafios das mães universitárias durante o curso em formação, buscamos direcionar nossa entrevista para a concepção e compreensão da existência de algum tipo de acolhimento na universidade para seus filhos, enquanto estivessem no processo de aquisição e aprendizagem na universidade.

Nisto, a quarta pergunta, **havia um tipo de acolhimento de criança dentro da universidade onde você estuda ou estudava?**

No início do curso não havia nenhum tipo de acolhimento das crianças, aí ao decorrer do tempo se não me engano um ano e meio depois surgiu o projeto “Ciranda” na universidade UnB de Planaltina, na qual esse projeto ajudou bastante as mães. Eles criaram um cantinho de quase como uma mini creche lá onde eles poderiam acolher as crianças, tinha um espaço organizado com brincadeiras e pessoas responsáveis pra tá ali cuidando enquanto a gente tava na aula (MÃE 01).

A mãe universitária entrevistada, descreve a experiência de acolhimento de crianças na Universidade de Brasília (UnB) em Planaltina, destacando que no início do curso, não havia nenhum tipo de suporte para as crianças, mas cerca de um ano e meio depois, surgiu o projeto “Ciranda”, na qual ajudou bastante as mães universitárias.

A existência de iniciativas como o projeto “Ciranda” na Universidade Federal de Brasília (UNB) demonstra um passo positivo em direção ao apoio às mães universitárias. No entanto, a transitoriedade do projeto ressalta a necessidade de compromissos sustentáveis, visando proporcionar um suporte contínuo. Essas experiências compartilhadas por mães acadêmicas sublinham a importância de promover debates e ações para consolidar políticas permanentes que garantam a acessibilidade e o bem-estar das mães na academia.

A Ciranda da LEdoC é um espaço de envolvimento humano e aprendizagem focado no desenvolvimento integral (eco psicopedagógico) das crianças e dos sujeitos [...] Como Projeto de Extensão da Universidade de Brasília, objetiva ofertar serviços de cuidados e educação para as crianças, filhos e filhas de estudantes da LedoC [...] através de atividades pedagógicas orientadas – pensadas coletivamente – que são realizadas durante o Tempo Universidade. (OLIVEIRA, 2019, p. 42).

O espaço Ciranda da LEdoC em Planaltina-DF, conforme relatado por Oliveira (2019), emerge como um ambiente crucial para mães estudantes, proporcionando suporte fundamental que permite a continuidade dos estudos, contrapondo-se aos desafios associados à maternidade. Os depoimentos destacam a relevância do espaço ao oferecer condições que capacitam as mães a conciliarem a educação com suas responsabilidades maternas, mitigando a possibilidade de interrupção dos estudos.

A Ciranda permite que mães e pais possam efetivamente participar das atividades em sala de aula, e algumas vezes fora dela, cumprindo seus deveres com a graduação, com a luta de classes, com a transformação social, e, sobretudo, possibilita maior interatividade entre os sujeitos comprometidos com a unificação dos processos formativos do curso (OLIVEIRA, 2019, p. 42).

No que tange ao contexto destes espaços, na UFT de Arraias, o pessoal do curso de Educação do Campo organizou um espaço para que essas crianças ficassem enquanto suas mães estudavam, a saber, trata-se do projeto EduCampinho, da professora Ana Roseli, na qual descreve:

O Projeto Educampinho, nasceu da necessidade de se criar um espaço no campus universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Arraias, para o acolhimento das crianças que acompanham suas mães e seus pais, que permanecem na UFT em regime de semi-internato, durante o período de aulas do tempo universidade. Estas pessoas são oriundas da comunidade de Arraias e de várias regiões dos estados de Goiás e Tocantins. (SANTOS, 2021, p. 51).

No entanto, os obstáculos apresentados pela universidade, como a questão da responsabilidade e da falta de profissionais qualificados, destacam desafios significativos na implementação de projetos desse tipo. Essas barreiras institucionais

podem impactar a viabilidade e a continuidade de iniciativas voltadas para conciliar os estudos de mães com a assistência às suas crianças.

Entretanto, em 2022, viu-se a inauguração de um programa de apoio às mães estudantes na Universidade Federal do Tocantins de Arraias, destinado a crianças de 4 a 7 anos. Embora não abranja todas as faixas etárias, representa um passo significativo para atender essa necessidade. Este projeto tem impactado positivamente e continuará beneficiando muitas mães que frequentam a universidade.

Certamente, o projeto na UFT de Arraias representa um avanço significativo ao proporcionar um ambiente acolhedor para as crianças enquanto suas mães estudam. No entanto, a restrição de idade pode limitar o acesso a esse benefício, deixando algumas mães sem essa opção de suporte.

Ainda assim, a iniciativa ressalta a relevância de atender às necessidades particulares das mães que são estudantes, além de apontar para a viabilidade de ampliar ou ajustar o projeto para abranger um público mais diversificado em termos de faixa etária, contanto, para alcançar esse objetivo, seria necessário que a iniciativa deixasse de ser um projeto pontual e se tornasse uma política permanente, o que ampliaria significativamente seu impacto e alcance. Por outro lado, é importante notar que nem todas as crianças podem atualmente desfrutar do espaço lúdico-pedagógico devido a restrições de idade, já que apenas crianças entre 4 e 7 anos são admitidas conforme as regras atuais.

O projeto Ciranda, consiste em criar um espaço semelhante a uma mini creche na universidade, na qual funciona no alojamento dos estudantes, para o acolhimento das crianças, um espaço organizado com atividades recreativas e pessoas responsáveis para cuidar das crianças enquanto as mães estavam em aula, iniciativa esta que foi grande importância, uma vez que garantia que as mães pudessem estudar sem se preocupar com o cuidado de seus filhos.

Seguindo a entrevista, a próxima questão foi: **teve algum tipo de problema com algum professor por levar seu filho para a sala de aula?**

Bom, enquanto estudei no meu tempo, no tempo que eu estava estudando eu não tive nenhum problema com professor na época, pelo contrário os professores eram bastante acolhedor eles ajudavam a correr atrás do espaço das crianças e eles reconheciam o empenho nosso a vontade de tá ali, a vontade de estudar, a vontade de conhecer coisas novas, pois a nossa realidade o lugar de

onde a gente veio é um lugar como podemos dizer é um lugar difícil né, tipo na qual o conhecimento era o mínimo antigamente, hoje graças a Deus a gente já consegue ver além, além do que os nossos criadores viveu (**MÃE 01**).

E para finalizar a resposta da sexta questão: **A sensação de olhar para trás e ver que apesar dos desafios tudo deu certo?**

Hoje quando paro pra pensar e olho pra trás eu sinto um ar de dever cumprido, sinto alegria de dizer que eu consegui mesmo com a minha criança. Mesmo com as dificuldades de tá se deslocando da comunidade mesmo com a negatividade das pessoas que todos os lugares têm, né. Na verdade, a gente enfrenta várias coisas, principalmente a gente saindo de uma comunidade, principalmente por a gente ser quilombola, por a gente ser negro. A gente enfrenta várias barreiras e quando a gente vai lá e consegue estudar por esse tempo e se formar é um orgulho muito grande não só para a gente, mas um sonho dos nossos pais, é um orgulho entendeu. A gente se sente orgulhoso da gente mesmo só tenho que agradecer muito e muito, muito pela conquista e que venha muitas e muitas mais “(MÃE 01).

4.3 As mães universitárias desassistidas

As entrevistadas foram acadêmicas que já terminaram o curso, sendo, pois, acadêmicas que já concluíram o curso na UFT de Arraias, uma do curso de Pedagogia e a outra do curso de Educação do Campo. Para a identificação das respostas, as entrevistadas serão identificadas como (**MÃE 02 e MÃE 03**).

O questionário é composto de seis perguntas, a primeira pergunta refere-se à relação e conciliação da mulher que estuda, trabalha e é mãe, nisto questiona-se o seguinte: **como conciliar trabalho, estudo, e ser mãe ao mesmo tempo?**

Bom, não é uma tarefa fácil é bem complicada e precisa de persistência para não desistir, primeiro porque no meu caso como eu tive que sair da comunidade de onde eu moro pra cidade de Monte Alegre, cidade onde eu podia estar ficando, onde eu ficava em uma casa de favor, para poder ir para a faculdade todos os dias e fazer essa conciliação o trabalho, estudo, mãe, foi bem complicado. Às vezes bate um desespero a gente pensa em desistir, mas quando a gente tem um propósito né, a gente pega firme com Deus e vai em frente né, mas em alguns momentos não vou mentir pensei em várias vezes em desistir, mas enfim é que pensava em minhas filhas né, e o propósito que eu tinha para minha vida, então consegui e hoje estou aqui né, formada em Pedagogia (MÃE 02).

As estudantes entrevistadas reconhecem que a conciliação entre ser mãe e universitária é carregada de desafios, impotência, insegurança e anseios. É interessante notar que, na experiência das participantes, a vivência relatada reflete a realidade de muitas mães que enfrentam uma série de desafios ao tentar avançar em sua educação, enquanto cuidam de seus filhos, conforme é possível perceber nas falas da (MÃE 03), citada abaixo:

Conciliar trabalho, estudo e ser mãe se torna um pouco complicado né, porque estudar requer muita atenção e ser mãe pede muito mais ainda. Temos que saber dividir um momento para cada situação e às vezes no correr do tempo deixamos a desejar. Não por falta de dedicação, mas pela dificuldade mesmo que a gente não encontra no decorrer do tempo e também é muito cansativo (MÃE 03).

Demonstrando de igual modo uma grande força de determinação para superar esses obstáculos e alcançar seus objetivos, pois, quando uma mulher se presta a ser mãe e estudar, ela vai se organizar dentro das possibilidades de ela exercer ambos papéis” (GOMES, 2020, p. 46).

Na segunda questão diz o seguinte: **Quais são as maiores dificuldades enfrentadas enquanto mãe de criança durante o curso?**

Ah, uma das maiores dificuldades é ter que se deslocar né, todos os dias ahh de casa cinco horas da tarde, chegar meia noite em casa né com filho pequeno no colo e ainda ter outros afazeres pra fazer. No meu caso às vezes, como durante o dia o tempo muito corrido não tinha como fazer todas as coisas durante o dia, eu chegava da faculdade meia noite e ainda era o tempo que eu chegava e a criança já estava cansada né, dormia e eu ia continuar com meus afazeres era trabalho da faculdade e outras coisas de casa também (MÃE 02).

A partir das falas das mães universitárias entrevistadas, numa perspectiva das maiores dificuldades enfrentadas durante a formação acadêmica, é notável que as dificuldades se centralizam-se em “deslocar” e “tempo”, o que se evidencia nas falas “eu chegava da faculdade meia noite”, “eu chegava e a criança já estava cansada né, dormia e eu ia continuar com meus afazeres era trabalho da faculdade e outras coisas de casa também” (MÃE 02).

Basicamente, é uma trajetória cheia de desafios, sendo, pois, o mais difícil é exatamente conseguir conciliar o tempo de ser universitária e de ser mãe” (GOMES 2020, p. 39). Da mesma forma, foi a resposta da terceira entrevistada (MÃE 03), na

qual relata as dificuldades desde o deslocamento, o tempo, conforme descreve abaixo:

Uma das maiores dificuldades durante o curso pra mim foi chegar em um lugar em que não era meu (risos). Ter que conviver com aquele tanto de pessoas estranhas dormindo no chão, sem ter horário para comer, sem tempo pra descansar, né. Assim, e o tempo que eu tinha pra descansar quando eu saía da sala eu tinha que cuidar do meu filho, dar banho e depois é improvisar um almoço rápido né, pra voltar novamente pra sala de aula né. Acaba que a gente não tem tempo pra nada, nada mesmo, a gente não cuida nem bem da gente e nem deles né, a gente só acha que tá cuidando bem deles, mas a gente está lá na faculdade é um tempo muito corrido, o tempo lá é muito pouco” (MÃE 03).

Desse modo, é notório que, essas mulheres, mães universitárias, “acabam por experimentar diversos desafios na conciliação da vida acadêmica com a materna, a persistência é a primeira delas” (GOMES, 2020, p. 39). Ainda, é notável que a partir das narrativas, essas mulheres, “trazem o sentimento de impotência frente às limitações que as suas condições as compõem, de dificuldades de se veem como boas mães e estudantes, preocupação de estarem exercendo ambos os papéis e por vezes sobrepor um ao outro” (GOMES, 2020, p. 39).

Seguindo a entrevista, a próxima pergunta foi sobre **qual foi o seu maior desafio durante o curso?** Em resposta, as participantes, mais vez associam ao desafio as dificuldades de conciliação e tempo.

É, o meu maior desafio foi quando, um deles né porque quando eu comecei já tinha uma menina e quando eu engravidei da segunda né, e um dos maiores desafios enfrentados foi já no finalzinho da gravidez onde eu tinha que ir todos os dias e pegar ônibus todos os dias 5 horas e voltar meia-noite e comecei senti muitas dores e inchaço e né já não eu conseguia fazer todas as atividades, assim bem né, porque já não estava me sentindo bem e também tive que depois que eu ganhei a nenê eu por uma opção minha eu optei por fazer o estágio ainda de resguardo, então foi um grande desafio eu não queria deixar disciplina pra trás e foi bem árduo foi um processo bem complicado, mais graças à Deus deu tudo certo (MÃE 02).

Um dos meus maiores desafios é no curso, foi saber conciliar tempo para mãe, ser esposa, dona de casa e estudar, e tudo isso em tão pouco tempo é a gente fica numa situação que a gente tem que dar conta de fazer pouco de cada né, e torna meio confuso né, as vezes o tempo né que a gente não tem para cada situação e acaba que fica muito complexo né, é complicado demais (MÃE 03).

A seguinte pergunta, se associa, a indagação acerca de: **havia um tipo de acolhimento de criança dentro da universidade onde você estuda ou estudava?** Em resposta às mães universitárias responderam o seguinte:

Bom, atualmente eu não sei é... não estou sabendo, mas creio que não, mas quando eu estudava também não tinha esse tipo de acolhimento dentro da universidade não, pelo menos eu não fui beneficiada com esse acolhimento" (MÃE 02).

Eu nunca tive nenhum tipo de acolhimento lá dentro da Universidade, porque assim quando eu vou para lá né eu tenho que levar alguém pra olhar meu filho pra mim enquanto estou na sala de aula, tem um lugar um lugarzinho lá que disse que recebe criança né, um tal de Educampinho, mas eu nunca tive a oportunidade de colocar meu filho lá, porque assim o pessoal que cuida lá é aquele pessoal da Pedagogia né, e pra gente quando a gente vai pra lá o pessoal da Pedagogia entra de férias, então os outros cursos o pessoal estão tudo de férias né, o pessoal que cuida lá é aquele povo da Pedagogia e quando a gente entra pra a gente estudar não estão lá mais, então assim, no nosso tempo não tem mais ninguém para cuidar, então assim eu sempre tive que levar uma pessoa só para olhar para mim enquanto eu vou pra sala de aula, porque num gosto de levar né para sala de aula acaba que não dá certo, tira a concentração da gente né, porque assim nem estuda e nem cuida de menino né dentro de sala de aula"(MÃE 03).

Com base nas respostas fornecidas, é notável que as mães universitárias enfrentam dificuldades devido à falta de acolhimento e suporte adequado dentro da universidade, certo de que, ambas expressam a ausência de estruturas de apoio que facilitem a conciliação entre os estudos e os cuidados com os filhos.

Dessa forma, a Mãe 02, menciona que na sua experiência acadêmica, não havia nenhum tipo de acolhimento, e que ela também não foi beneficiada por qualquer suporte enquanto estudava. Consequentemente, a Mãe 03, relata que nunca recebeu acolhimento na universidade e explica a dificuldade de encontrar um lugar adequado para deixar seu filho durante as aulas.

É notório em sua resposta, a existência de um espaço chamado "Educampinho", mas destaca que, devido ao calendário acadêmico dos estudantes de Pedagogia, que são os responsáveis pelo espaço, este não está disponível quando ela precisa, o que condiciona ela ter que levar alguém para cuidar de seu filho enquanto está em aula. Contudo, é válido destacar que em sua fala, a Mãe 03, equivocou em relação as informações acerca do projeto EduCampinho, certo de que,

é de conhecimento que o projeto, visava numa proposta de criar um espaço para o atendimento de crianças entre quatro e dez anos, filhos dos discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, no período em que as mães e pais estão em atividades pedagógicas intensivas. (SANTOS, 2021, p.41).

A partir de seus relatos é notório a existência de uma lacuna significativa nas políticas de apoio às mães universitárias, ressaltando a necessidade de implementação de estruturas que permitam a essas mulheres equilibrar melhor suas responsabilidades acadêmicas e familiares. Seguindo a entrevista, a próxima pergunta era se **teve algum tipo de problema com algum professor por levar seu filho para a sala de aula?**

Eu propriamente assim não, assim tinha algumas indiretas, tinha algumas indiretas de alguns professores né que não tinha muita paciência com criança em sala, mas graças a Deus nenhum empecilho que impediu eu de levar minha filha pra escola ou pra faculdade enquanto eu necessitava levá-la (MÃE 02).

Eu nunca tive problema com professor em sala de aula sobre ter que levar meu filho para sala de aula, eu nunca tive porque assim igual eu falei lá atrás eu nunca levei né, eu sempre tive alguém pra olhar pra mim lá né, então assim nessa questão eu não tive problema (MÃE 03).

E para finalizar a resposta da sexta questão: **A sensação de olhar para trás e ver que apesar dos desafios tudo deu certo?** Em resposta, a Mãe 02, destacou que seus sentimentos se resumiram em “uma sensação inexplicável de gratidão tamanha, depois os desafios foram inúmeros, mas graças a Deus deu tudo certo.” (MÃE 02).

“A sensação que eu tenho é uma sensação de experiência né, de muito aprendizado, não posso dizer ainda que é um dever cumprido porque ainda estou cursando né o curso, sou da Educação do Campo artes visuais e música, mais assim digamos que eu sou persistente, com fé em Deus eu vou chegar lá, logo, logo eu posso dizer que foi difícil né mais eu consegui, mesmo dentro de todas as dificuldades mais eu consegui, eu tenho fé que eu vou conseguir, que vou dar conta de concluir mesmo com todos os obstáculos que a gente enfrenta né. Mas assim eu sou persistente, tenho força de vontade e logo, logo eu chego lá” (MÃE 03).

Em resposta às mães universitárias Mãe 02 e Mãe 03 revelam uma mistura de sentimentos de gratidão, persistência e esperança diante dos desafios

enfrentados para conciliar a maternidade com a vida universitária, MÃE 02, expressa um profundo sentimento de gratidão por ter conseguido superar os obstáculos, apesar das inúmeras dificuldades, ter conseguido alcançar seus objetivos acadêmicos, mesmo sem o suporte adequado que poderia ter facilitado esse percurso.

Por outro lado, Mãe 03 ainda está cursando sua graduação e destaca a experiência adquirida ao longo do caminho. Ela não considera sua jornada como "dever cumprido" ainda, pois ainda está em processo de conclusão do curso. No entanto, demonstra uma grande determinação em sua capacidade de superar as dificuldades.

Durante sua trajetória acadêmica, a Mãe 03 expressou, em um período anterior a 2024, a sensação de aprendizado e persistência diante das dificuldades de conciliar maternidade e estudos, destacando sua determinação em concluir o curso apesar dos inúmeros obstáculos. Sua fala reflete um contexto em que o suporte institucional era limitado, tornando a jornada ainda mais desafiadora.

Em contraposição as suas falas, é válido destacar que no ano de 2024, a coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) passou a indicar um professor para assumir a coordenação do Espaço Lúdico Pedagógico (ELP) nos meses de janeiro e julho, evidenciando um avanço nas demandas por assistência estudantil, ação esta, que demonstra um reconhecimento mais recente da necessidade de apoio às mães acadêmicas, sinalizando um movimento em direção à redução das barreiras que, no passado, tornavam a permanência dessas estudantes ainda mais difícil.

Ainda, no ano de 2024, foi possível obter informações antes não encontradas acerca do Espaço Lúdico Pedagógico, na UFT de Arraias – TO, nisto, de acordo com Santos (2024, p.51), percebe-se que o Espaço Lúdico Pedagógico (E.L.P.) tem se mostrado fundamental não apenas para as crianças atendidas, mas também para as bolsistas, pais, mães e responsáveis.

Ainda, em seus estudos, Santos (2024, p.51), as atividades planejadas e bem estruturadas têm possibilitado um desenvolvimento contínuo das crianças, que se beneficiam de cada dia de atendimento e os bolsistas têm realizado seus trabalhos de maneira que são amplamente reconhecidos e valorizados pelos pais e responsáveis, evidenciando a importância do E.L.P. para o fortalecimento da relação entre escola e comunidade."

Por fim, demonstram em suas falas resiliência e destacam a importância de políticas institucionais que ofereçam suporte adequado para facilitar a jornada acadêmica de estudantes com responsabilidades familiares, demonstrando a relevância de implementação de programas de acolhimento, suporte emocional e infraestrutura de cuidado infantil poderia não apenas aliviar as dificuldades, mas também potencializar o desempenho e bem-estar dessas mulheres durante sua trajetória universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, identificamos a necessidade de aprofundar o estudo sobre essa temática, pois é um assunto que abrange muitas mães universitárias, sendo um tema que exige reflexão e ação para gerar resultados que beneficiem essas mulheres em sua trajetória acadêmica.

Com esta pesquisa, evidenciamos as dificuldades reais enfrentadas pelas mães universitárias, que não desfrutam das mesmas oportunidades que seus colegas sem filhos. Entre essas dificuldades, estão a falta de tempo para se dedicar aos estudos, a escassez de espaços adequados para o cuidado infantil, o estigma social que associa maternidade e vida acadêmica de forma negativa, além dos desafios financeiros para conciliar as responsabilidades de mãe e estudante. Mesmo diante desses obstáculos, essas mulheres encontram uma motivação extraordinária para perseverar em sua jornada acadêmica.

Observamos que a implementação de programas de incentivo e suporte específicos para essas estudantes, como a assistência no cuidado de seus filhos durante as aulas, é essencial para garantir a sua permanência na universidade. É notável que a falta de suporte e de recursos adequados dificultam a continuidade de suas trajetórias acadêmicas, frequentemente resultando em evasão escolar.

A existência de espaços para cuidados infantis nas instituições de ensino, como o Espaço Lúdico Pedagógico na UFT, revela um incentivo significativo para a continuidade dos estudos dessas universitárias. Esse tipo de estrutura demonstra que é fundamental que todas as universidades se empenhem em oferecer suporte às mães, garantindo, entre outras coisas, a disponibilidade de cuidadores qualificados.

Assim como os professores universitários se dedicam à formação de profissionais competentes, essas mães se empenham em criar cidadãos exemplares para a sociedade. Sua motivação vai além da busca pela realização pessoal: elas estão comprometidas com a melhoria das condições de vida para si mesmas e para seus filhos. Sua jornada acadêmica é, portanto, um reflexo de sua luta por um futuro melhor, não só para elas, mas também para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra -Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. In: V SEMINÁRIO CETROS - Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 29-31 maio 2013, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2013.

ARAÚJO, Natália Yolanda de Carvalho. **Corpos dissidentes no espaço universitário: temporalidade, perspectivas e necessidades de mulheres mães universitárias**. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. V. 8 n 14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/21975>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ARAÚJO, Ariella Silva. **A mulher negra no pós-abolição**. **Revista da ABPN**, v.5, n.9, nov-fev, 2013, p.22-36.

ARRAIAS. Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Câmpus de Arraias (atualização 2018)**. Anexo da Resolução nº 26/2018 – Consepe. Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018. Arraias/TO: UFT, 2018.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Patrícia; ROCHA, Maria. **Maternidade: novas possibilidades, antigas visões**. *Psicologia Clínica*, 19,1,2007: 163-185.

BARRADAS, Larissa da Conceição; MELO, Pamela Mariane da Gama; SANTOS, Rubia Suzane Antunes dos. **Mães universitárias: uma pesquisa etnográfica**. In: X JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. 16 a 19 nov, Ambiente Virtual, 2021. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_211_21160f1e54a47146.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

BERNARDO, Maria Aparecida. **O não desejo de ser mãe: uma leitura a partir das percepções de mulheres que não desejam passar pela experiência da maternidade**. 2022. Pesquisa de revisão integrativa de literatura apresentada como trabalho de conclusão do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2022

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.234, 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil, Brasília, DF, jul, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: série histórica e avanços institucionais 2003-2016**. Brasília: MEC/SETEC, maio de 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 7.234, 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil, Brasília, DF, jul, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. Secretaria de Comunicação Social. **Governo Federal anuncia pacote de medidas para combater o racismo e ampliar direitos para todos**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/governo-federal-anuncia-pacote-de-medidas-para-combater-o-racismo-e-ampliar-direitos-para-todos>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CAETANO, Ivone Ferreira. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. 2017. Artigo (Pós-graduação Lato Sensu em Gênero e Direito) – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://site.emerj.tjrj.jus.br/files/pages/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/e_slvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 25 agosto 2023.

CASTRO, Lizania. **UFT 20 anos: você faz parte desta história**. Universidade Federal do Tocantins, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/uft-20-anos-voce-faz-parte-desta-historia>. Acesso em: 25 out. 2023.

CHAVES, Danuza Santana dos Santos; TRINDADE, Larissa dos Santos; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Maternagem e educação superior: desafios, estratégias e demandas**. *Anais Educon 2020*, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 10, p. 1-17, set. 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13726/8/7> > . Acesso em: 25 ago. 2023.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade: Uma crítica a Freud a partir da Mulher**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2002.

COSTA, Joelma Regina de Moraes. **Geografia das mães universitárias do curso de licenciatura em educação do campo, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido**. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação do Campo). Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-RN: 2019. <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/3327>

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. tempo, v.12, n. 23, 2007.

FARIAS, Marizeth Ferreira. **Universidade Federal do Tocantins (Campus De Arraias)**: História, Expansão e Perspectivas Atuais. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2013.

GOMES, Lídia Laís Balbino. **Mulher, Mãe e Universitária**: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica. 68 f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Terapia Ocupacional). Universidade Federal da Paraíba. Jo- PB, 2020.

GOUGES, Olympe de. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**. Setembro de 1791. Disponível em: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Comissão de Direitos Humanos. Disponível: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791Re cDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **O Social em Questão**, v. 20, n. 37, p. 153-172, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552256784012/html/>. Acesso em: 25 out. 2023

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38).

INEP. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2021.

JORGE, Jaqueline. **As alunas-mães da UFRGS**. Jornal humanista, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Porto Alegre, RS: redação Humanista 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/08/22/as-alunas-maes-da-ufrgs/#>. Acesso em: 25 out. 2024

KYRILLOS, Gabriela M. Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?lang=pt#> >. Acesso em: 01 set. 2023.

LIMA, Glenda Roberta Mendes de; SILVA, Meirilane Xavier da. O feminismo e suas vozes ocultadas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 4, abr. 2021.

LUSA, Mailiz Garibotti. Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas. In: **Jornada Internacional De Políticas Públicas**, 7., 2021, São Luís. *Anais...* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBB, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017

OLIVEIRA, Thiago Morais de. **Vivências coletivas que conduzem o trabalho da ciranda infantil do curso de licenciatura em Educação do Campo - UnB/Planaltina**. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade de Brasília, Planaltina - DF, 2019.

PALMAS. Universidade Federal do Tocantins. **Regimento Geral do Espaço Lúdico Pedagógico da Universidade Federal do Tocantins**. Resolução nº 61/2022 – Consuni, Palmas, TO, 2022.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEZEM, Priscila. Mulher, escolarização e tendências em curso. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 13, n. 3, p. 306-323, dez. 2021.

PEREIRA, Nandyalla Gomes. **Mães universitárias**: desafios e possibilidades em conciliar maternidade e educação. 30 f. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.

PICCININI, Cesar Augusto, Et. Al. **Gestação e Constituição da Maternidade. Psicologia em Estudo**. Maringá, V. 13, N. 1, P. 63-72, jan./Mar. 2008

PINHO, Angela. **Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país**. *Folha de São Paulo*, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais.shtml>. Acesso em: 20 out 2023.

PRATES, Solange Riato. GONÇALVES, Josiane Peres. **Educação Superior e Relações de Gênero: Atividades Domiciliares para Mães Estudantes de Pedagogia**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2019.

QUEDNAU, Fernanda Sutoff. **O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna**. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2007.

RESENDE, Deborah Kopke. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. **Revista Três Pontos: Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, ano 14, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/view/818/103>. Acesso em: 20 outubro 2023

RIBEIRO, Amarolina. "Mulher moderna"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mulher-moderna.htm>. Acesso em 24 de novembro de 2019.

RIBEIRO, Giulia Alves. **Ecos do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14786/1/GRibeiro.pdf>. Acesso em: Acesso em: 25 agosto 2023.

RODRIGUES, Ana Karla de Jesus; ALVES, Cândida Beatriz. **Mulheres Negras e maternidade na universidade: um estudo de caso**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 30, n. 3, p. 21-40, set./dez., 2012.

SANTOS, Ana Roseli.; SANTOS, Wilson Rogério. **Práticas musicais da extensão na Universidade Federal do Tocantins**. Palmas: Eduft, 2021. 68 p.

SANTOS, José Adailton Sousa dos. Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do Covid-19. **O Público e o Privado**, n. 40, set./dez. 2021.

SANTOS, Olavo Lisboa dos. **O projeto Espaço Lúdico Pedagógico em Arraias-TO: suas limitações e desafios para o futuro**. 56 f. Monografia de Graduação - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Arraias-TO, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6613> >. Acesso em: 01 set. 2023.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**". Cadernos Pagu, 16,3, 2001: 137-150.

SCOTT, Joan W. **O Enigma da Igualdade**. 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38113102.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2007.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

PALMAS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Regimento Geral do Espaço Lúdico Pedagógico**. Anexo único da Resolução nº 61/2022 - Consuni, 18 maio 2022. Palmas/TO, 2022

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade-vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 2, n. 4, p. 30-43, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

VENÂNCIO, Vinicius. **Conheça os Programas de Assistência Estudantil da UFT**. Revisão: Paulo Aires. 09 ago. 2019. Disponível em: <https://sip2.uft.edu.br/index.php/en/ultimas-noticias/25892-conheca-os-programas-de-assistencia-estudantil-da-uft>. Acesso em: 27 de outubro 2023.

APÊNDICE01-QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS MAES UNIVERSITARIAS - ASSISTIDAS E DESASSISTIDAS

1. Como conciliar trabalho, estudo, e ser mãe ao mesmo tempo.?
2. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas enquanto mãe de criança durante o curso não né?
3. Qual foi o seu maior desafio durante o curso?
4. Havia um tipo de acolhimento de criança dentro da universidade onde você estuda ou estudava?

5. Teve algum tipo de problema com algum professor por levar seu filho para a sala de aula?
6. A sensação de olhar para trás e ver que apesar dos desafios tudo deu certo?

APÊNDICE 02 - QUESTIONÁRIO APLICADO À COORDENADORA

1. Como surgiu a ideia para a criação do espaço?
2. Por que a universidade nunca tinha pensado em um espaço como esse antes?
3. Qual é a quantidade de crianças permitida no local durante os todos os turnos?
4. Por que o espaço só permite matrículas de crianças de 04 anos até 07 anos de idade?
5. Por que o espaço não acolhe bebês?
6. Quem são os envolvidos na criação do projeto?

7. Quais são as expectativas futuras em relação ao projeto que foi criado?

